

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2015, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2016 foi marcado por grandes mudanças para a CPFL Energia, que se deram através de dois eventos: a mudança no comando da Companhia e a venda do controle acionário para a empresa chinesa State Grid.

Em abril, foi anunciada a mudança no comando da Companhia, e após três meses de transição, Andre Dorf assumiu a presidência do Grupo no dia 1º de julho em substituição a Wilson Ferreira Junior, com a missão de liderar a nova fase de crescimento e assegurar que processos e sistemas se tornem cada vez mais simples e eficientes, garantindo maior agilidade à empresa, a fim de enfrentar desafios e aproveitar as oportunidades de crescimento e geração de valor e a mudança no controle acionário.

No início de julho, a CPFL Energia foi informada por um de seus controladores, a Camargo Corrêa S.A., que esta havia recebido e aceitado proposta da State Grid Corporation of China para aquisição de sua participação no bloco de controle pelo valor de R\$ 25,00/ação. No dia 2 de setembro, foi assinado o contrato definitivo de compra e venda de ações (SPA) entre State Grid e Camargo Corrêa. Em seguida, a proposta foi estendida aos demais acionistas controladores que, ao longo do mês de setembro, decidiram alienar suas participações em conjunto com a Camargo Corrêa.

A transação passou por todas as aprovações cabíveis e foi concluída no dia 23 de janeiro de 2017, quando a State Grid Brazil se tornou controladora da CPFL Energia, com participação acionária de 54,64%. Em virtude do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia, e na consequente alienação indireta do controle da CPFL Renováveis, e em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid Brazil deverá realizar ofertas públicas para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia e da CPFL Renováveis.

Em meio a essas mudanças, a CPFL Energia seguiu sua trajetória de crescimento. Em 2016, novos projetos de energia renovável entraram em operação: em maio, foi a vez da PCH Mata Velha, com 24 MW de capacidade instalada, enquanto os Complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito tiveram sua entrada gradual ao longo do ano, com obras encerradas em dezembro, totalizando 231 MW de capacidade instalada.

Do ponto de vista regulatório, no tema do risco hidrológico (GSF), foi concluída a repactuação da usina de Baesa (Barra Grande Energia), protegendo-a de 100% dos efeitos do GSF até o final dos contratos regulados. Isso gerou um benefício de R\$ 5 milhões na equivalência patrimonial em 2016. As demais usinas já haviam sido repactuadas em 2015. A estratégia de repactuar esse risco teve por objetivo devolver a previsibilidade e estabilidade dos fluxos de caixa dos geradores hidrelétricos.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,61% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.054 MW de capacidade instalada em operação e 75 MW em construção. Em 2016, 255 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação da PCH Mata Velha e dos parques eólico do Complexo Campo dos Ventos e São Benedito.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Apesar da frustração em relação à atividade econômica em 2015, os resultados globais se mostraram mais promissores em 2016, especialmente no segundo semestre. Mesmo que abaixo do potencial, na sondagem PMI – *Purchasing Managers Indexes* – os dados apontaram uma aceleração nas principais economias avançadas, bastante baseada na redução de estoques e recuperação da manufatura. A ligeira melhora das economias avançadas e o desempenho dentro do esperado da China transformaram indicadores de conjuntura até então sem brilho em expectativas mais promissoras para 2017 e 2018.

A mudança da administração nos Estados Unidos e seus desdobramentos é o principal elemento de incerteza do cenário externo. No curto prazo, os estímulos fiscais prometidos pela nova administração podem trazer elevação da confiança privada e expectativas de normalização monetária menos gradual – com juros mais elevados e dólar mais valorizado. Por outro lado, ainda permanecem os riscos de protecionismo e isolacionismo político que, se levados a cabo, poderiam impactar negativamente no comércio e economia mundiais – desequilibrando as condições financeiras globais e o desempenho dos países emergentes.

As projeções do FMI para o crescimento global em 2017 e 2018 permaneceram em 3,4% e 3,6%, respectivamente – acima da perspectiva de 3,1 % esperada para 2016 – puxadas pela possibilidade de recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento.

Em 2016, a economia brasileira seguiu penalizada, com instabilidades na esfera política, continuidade do processo de ajuste fiscal e indicadores de atividade econômica muito fracos. Tais resultados negativos resultaram em queda de, aproximadamente, 7,3% do PIB nos últimos dois anos. A produção industrial caiu 6,6%¹ ao longo de 2016, gerando desemprego e prejuízos em relevantes cadeias industriais, como o segmento automotivo e metal-mecânico. Em 2017, espera-se uma discreta recuperação da atividade industrial, dinamizada, principalmente, pela indústria extrativa (derivados de petróleo e minério de ferro).

Os efeitos negativos da crise foram também amplamente sentidos no mercado de trabalho, com, aproximadamente, 3 milhões de postos formais² eliminados, expressiva queda da renda dos trabalhadores e desemprego em alta. A defasagem dos indicadores de emprego e renda em relação ao ciclo econômico são responsáveis pelo terceiro ano consecutivo de renda negativa – penalizando a contribuição do consumo no crescimento econômico.

Apesar da continuidade do clima de incertezas, principalmente no cenário político, a inflação projetada para 2017³ está no centro da meta definida pelo governo, o Copom (Comitê de Política Monetária do

¹ IBGE.

² Cadastro Geral de Empregados (Caged).

³ Boletim Focus – 03/março/17.

Banco Central) deve reduzir consideravelmente a taxa básica juros ao longo do ano, estimulando a atividade econômica e aliviando o elevado endividamento privado.

Com base no cenário de fraqueza da atividade econômica e desafios para a retomada do crescimento, a expectativa de mercado é de pequeno crescimento em 2017³ (+0,5%) e 2,4% em 2018³.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,61% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.054 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 39 PCHs (423 MW), 43 parques eólicos (1.260 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Ainda estão em construção 2 parques eólicos (48,3 MW) e 1 PCH (26,5 MW), sendo o cronograma de entrada em operação da seguinte forma: 48,3 MW em 2018 e 26,5 MW em 2020.

Em maio de 2016, a PCH Mata Velha, localizada no município de Unaí/MG, iniciou sua operação com 24 MW de capacidade instalada. Os parques eólicos dos Complexos Campo dos Ventos (São Domingos, Ventos de São Martinho e Campo dos Ventos I, III e V) e São Benedito (Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Santa Mônica e Santa Úrsula), localizados no estado do Rio Grande do Norte, tiveram suas obras encerradas em dezembro de 2016, com a entrada em operação comercial dos últimos aerogeradores, de um total de 110 (os primeiros aerogeradores entraram em operação comercial em maio de 2016); a capacidade instalada combinada é de 231 MW.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: Em 2016, a CPFL Geração alcançou receita líquida de R\$ 2.681 milhões, um aumento de 7,5% (R\$ 187 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2016	2015
Lucro Líquido	374.458	245.899
Depreciação e Amortização	676.749	667.860
Amortização Mais Valia de Ativos	579	1.136
Resultado Financeiro	921.708	891.289
Contribuição Social	50.003	32.948
Imposto de Renda	94.529	56.003
EBITDA	2.118.027	1.895.133

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.118 milhões, aumento de 11,8% (R\$ 223 milhões), devido principalmente a redução de 23,3% (R\$ 111 milhões) no custo com energia elétrica e ao aumento de 43,6% (R\$ 95 milhões) na equivalência patrimonial, parcialmente compensado pelo aumento de 50,1% nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos os gastos com depreciação e amortização.

O aumento de 50,1% (R\$ 170 milhões) nos custos e despesas operacionais decorre principalmente dos seguintes efeitos:

- ✓ Aumento nas despesas com pessoal (R\$ 18 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas com serviços de terceiros (R\$ 31 milhões);
- ✓ Aumento nos outros custos/despesas operacionais (R\$ 115 milhões);
- ✓ Aumento nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 12 milhões);
- ✓ Aumento no item Entidade de Previdência Privada (R\$ 1 milhão).

Parcialmente compensado pelo:

- ✓ Redução nas despesas de material (R\$ 7 milhões)

Lucro Líquido: Em 2016, a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 374 milhões, 52,3% maior que lucro líquido de R\$ 246 milhões registrado em 2015, refletindo principalmente o aumento de 11,8% (R\$ 223 milhões) no EBITDA e a redução de R\$ 0,6 milhão na amortização da mais valia de ativos, parcialmente compensado pelos aumentos de 1,3% (R\$ 9 milhões) nos gastos com depreciação e amortização, de 3,4% (R\$ 30 milhões) nas despesas financeiras líquidas e pelo efeito negativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 56 milhões).

Endividamento: no final de 2015, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 10.764 milhões, um aumento de 12,2%.

5. Investimentos

Em 2016, foram investidos R\$ 986 milhões, sendo R\$ 8 milhões de geração convencional e R\$ 979 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente à PCH Mata Velha, que entrou em operação em maio de 2016, e aos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, que entraram em operação gradualmente ao longo do ano de 2016, além do complexo eólico Pedra Cheirosa e da PCH Boa Vista II, empreendimentos que ainda estão em construção. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 51 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL

Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como “Ativos Financeiros de Concessão” (ativo não circulante).

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

Plataforma de sustentabilidade: consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo.

Comitê de Sustentabilidade: principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): em 2015 foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a CPFL Energia, em janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão também contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais, e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e consultas recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, destaca-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – Em 2016 a CPFL Geração destinou R\$ 100 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 1 município da área de concessão. O repasse irá apoiar o desenvolvimento de diagnóstico situacional.

Gestão socioambiental: em 2016, a CPFL Geração realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2015, integrante do inventário da CPFL Energia, premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Em paralelo, cada empresa controlada desenvolveu projetos mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para: **UHE Foz do Chapecó** – (i) No ciclo reprodutivo 2016/2016, foi realizada a soltura de 547.850 alevinos de curimatás visando o repovoamento do rio Uruguai. Os alevinos foram produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapecó, por intermédio de convênio entre a empresa e o Instituto Goio-En; (ii) o viveiro de mudas da Biofábrica teve sua capacidade ampliada de 30 mil para 70 mil mudas, permitindo aumentar a distribuição de mudas de alta qualidade genética para os produtores rurais beneficiados pelo projeto, voltado à geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações afetadas pela implantação da usina; (iii) Com base em auditoria realizada em outubro de

2016, a certificadora BSI recomendou a renovação das certificações do Sistema de Gestão Integrado da FCE (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001); a **Ceran** – mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2018; **UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2016, a ENERCAN apoiou diversas ações para desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 55 projetos na região da Usina Hidrelétrica Campos Novos, sendo investidos mais de R\$ 2,8 milhões entre recursos destinados por leis de incentivo e verba corporativa; (ii) A ENERCAN desenvolveu pelo 5º ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as cinco melhores iniciativas. Os bons resultados do Programa renderam à empresa o Prêmio Fritz Müller 2016, considerado a mais importante premiação ambiental no estado de Santa Catarina; (iii) A ENERCAN, em parceria com Epagri, Senar e Secretarias de Agricultura, apoiou projetos de cultivo de frutas e peixes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia local e proporcionar uma alternativa de renda para os produtores rurais da região. Além do apoio financeiro da Enercan, os participantes recebem cursos gratuitos de cooperativismo, associativismo, gestão de propriedade rural, empreendedorismo, além de capacitações específicas, como técnicas de produção e manejo; **UHE Barra Grande (BAESA)** – (i) Em 2016, o Programa de Responsabilidade Socioambiental apoiou diversos projetos em municípios da área de influência da UHE Barra Grande. Voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social, com aporte de recursos da empresa, de acionistas e parceiros locais; (ii) implantada a 5ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação. Em 2016, dez moradores foram premiados, em cerimônia realizada durante a 8ª Semana de Sustentabilidade da BAESA, evento que anualmente destaca projetos socioambientais desenvolvidos nos municípios da área de abrangência da UHE Barra Grande; (iii) A BAESA, em parceria com a Prefeitura de Pinhal da Serra e o IPHAN, inauguraram o Parque Arqueológico de Pinhal da Serra, localizado na Linha São Jorge. O Parque reúne artefatos arqueológicos recolhidos antes, durante e após a implantação da UHE Barra Grande, revelando um pouco da história dos antigos habitantes da região, que ocuparam o local há cerca de 700 anos. (iv) A transparência e a correção na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) renderam à BAESA a conquista do Selo Ouro do GHG Protocol. O Selo Ouro é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa e atesta a transparência nas informações do Inventário 2015 realizado pela BAESA.

7. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte prestou, em 2016, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, o seguinte serviço relacionado à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total do contrato de auditoria
Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	16/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	67.220,99	13%
Procedimentos previamente acordados - Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	27/11/2015	Anos calendários 2015 e 2016	65.668,10	13%
Laudos Contábeis	14/08/2015	Média de 3 meses	40.500,00	8%
Revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	22/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	20.836,60	4%
			194.225,70	37%

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Geração declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	789.512	195.367	1.943.782	1.224.637
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	149.072	168.873	455.028	419.098
Dividendo	11	102.676	106.668	70.402	89.274
Títulos e valores mobiliários		-	-	449	23.633
Tributos a compensar	7	19.282	36.201	96.328	128.961
Derivativos	31	126.941	23.920	126.941	23.920
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	10.700	9.630
Outros créditos	10	10.315	2.343	172.028	105.775
Total do circulante		1.197.798	533.373	2.875.657	2.024.929
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	28.090	28.090	28.090	28.090
Coligadas, controladas e controladora	28	-	-	9.067	7.680
Depósitos judiciais	19	728	660	12.848	15.237
Tributos a compensar	7	-	-	12.013	29.669
Derivativos	31	35.916	150.941	35.916	150.941
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	260	3.878
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	16.415	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	169.633	113.761
Outros créditos	10	3.483	3.483	597.049	502.477
Investimentos	11	4.506.774	3.918.595	1.493.753	1.247.631
Imobilizado	12	1.146.888	1.205.447	9.492.352	8.988.711
Intangível	13	117.533	127.689	3.171.799	3.394.429
Total do não circulante		5.839.411	5.451.320	15.022.781	14.482.504
Total do ativo		7.037.210	5.984.692	17.898.437	16.507.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	14	29.621	112.908	152.663	200.726
Encargos de dívidas	15	26.560	24.881	57.802	40.958
Encargos de debêntures	16	56.470	56.835	107.500	84.622
Empréstimos e financiamentos	15	326.128	-	913.894	416.909
Debêntures	16	544.292	-	832.042	458.165
Entidade de previdência privada	17	460	-	460	-
Taxas regulamentares		17.582	17.473	19.011	19.967
Impostos, taxas e contribuições	18	18.872	5.576	76.192	57.181
Dividendo	22	396.086	103.532	410.304	111.293
Obrigações estimadas com pessoal		1.886	522	9.899	7.646
Derivativos	31	1.798	-	1.798	-
Uso do bem público	20	-	-	10.857	9.457
Outras contas a pagar	21	4.374	3.213	289.408	205.571
Total do circulante		1.424.129	324.941	2.881.830	1.612.495
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	633	633
Encargos de debêntures	16	-	-	29.153	16.487
Empréstimos e financiamentos	15	1.407.818	995.672	5.436.162	4.848.891
Debêntures	16	1.774.305	2.262.444	3.503.686	3.895.468
Entidade de previdência privada	17	18.502	10.340	18.502	10.340
Débitos fiscais diferidos	8	206.638	212.513	1.305.511	1.363.252
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	5.908	488	40.840	50.814
Derivativos	31	40.682	8.089	40.682	8.089
Uso do bem público	20	-	-	86.624	83.124
Outras contas a pagar	21	844	284	71.749	65.158
Total do não circulante		3.454.697	3.489.830	10.533.541	10.342.255
Patrimônio líquido	22				
Capital social		1.043.922	1.043.922	1.043.922	1.043.922
Reserva de capital		239.691	239.760	239.691	239.760
Reserva de lucros		293.862	456.969	293.862	456.969
Dividendo adicional proposto		186.947	-	186.947	-
Resultado abrangente acumulado		393.963	429.272	393.963	429.272
		2.158.385	2.169.923	2.158.385	2.169.922
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	2.324.682	2.382.761
Total do patrimônio líquido		2.158.385	2.169.922	4.483.066	4.552.683
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.037.210	5.984.692	17.898.437	16.507.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	23	669.777	666.433	2.680.931	2.493.509
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(65.115)	(174.849)	(365.993)	(477.412)
Custo de operação	25	(77.960)	(77.463)	(744.314)	(673.768)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	-	-	(47.751)	(36.118)
Lucro operacional bruto		526.702	414.120	1.522.873	1.306.212
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	25	(3.996)	(3.081)	(3.976)	(3.417)
Despesas gerais e administrativas	25	(25.255)	(24.848)	(151.456)	(134.583)
Outras despesas operacionais	25	(10.016)	(13.045)	(238.158)	(158.959)
Resultado do serviço		487.435	373.147	1.129.285	1.009.253
Resultado de participações societárias	11	319.568	245.168	311.414	216.885
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	143.436	77.764	305.461	248.874
Despesas financeiras	26	(507.810)	(457.175)	(1.227.169)	(1.140.162)
		(364.373)	(379.411)	(921.708)	(891.289)
Lucro antes dos tributos		442.629	238.903	518.990	334.849
Contribuição social	8	(10.918)	596	(50.003)	(32.948)
Imposto de renda	8	(30.563)	1.021	(94.529)	(56.003)
		(41.481)	1.617	(144.532)	(88.950)
Lucro líquido do exercício		401.148	240.520	374.458	245.899
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				401.148	240.520
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				(26.690)	5.379
Lucro por ação básico e diluído:					
Lucro básico por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,83	1,10		
Lucro básico por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	2,01	1,21		
Lucro diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,76	1,01		
Lucro diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	1,93	1,11		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	401.148	240.520	374.458	245.899
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para resultado:				
- Perdas atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(9.531)	(6.655)	(9.531)	(6.655)
Resultado abrangente do exercício	391.617	233.865	364.927	239.244
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			391.617	233.865
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			(26.690)	5.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Dividendo adicional proposto	Resultado abrangente acumulado			Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.039.619	239.760	293.862	-	468.934	(6.888)	-	2.035.286	2.386.366	4.421.652
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	240.520	240.520	5.379	245.899
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	(6.655)	-	(6.655)	-	(6.655)
Aumento de capital - AGE de 30/09/2015	4.303	-	-	-	-	-	-	4.303	-	4.303
Mutações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.748)	-	36.748	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.494	-	(12.494)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.865)	-	1.865	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	163.107	-	-	-	(163.107)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(103.532)	(103.532)	-	(103.532)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.991)	(8.991)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.043.922	239.760	456.969	-	442.815	(13.543)	-	2.169.922	2.382.761	4.552.683
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	401.148	401.148	(26.690)	374.458
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	(9.531)	-	(9.531)	-	(9.531)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.233)	-	36.233	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.319	-	(12.319)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.864)	-	1.864	-	-	-
Reversão de reserva de reforço de capital de giro	-	-	(163.107)	-	-	-	163.107	-	-	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(239.980)	(239.980)	-	(239.980)
Dividendo adicional exercício 2015	-	-	-	-	-	-	(163.107)	(163.107)	-	(163.107)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	186.947	-	-	(186.947)	-	-	-
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.923)	(31.923)
Aumento de capital de minoritários	-	220	-	-	-	-	-	220	206	426
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(288)	-	-	-	-	-	(288)	329	41
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.043.922	239.691	293.862	186.947	417.037	(23.074)	-	2.158.385	2.324.682	4.483.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes dos tributos	442.629	238.903	518.990	334.849
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	75.480	81.291	676.750	667.860
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.297	427	11.965	6.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(30)	(20)	306
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	429.901	421.663	1.039.636	1.061.008
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	1.677	413	1.677	413
Equivalência patrimonial	(319.568)	(245.168)	(311.414)	(216.885)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	55	(3.125)	35.293	(14.519)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	40.433	-
Outros	-	-	(202)	357
	635.471	494.374	2.013.108	1.839.871
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	19.801	24.380	(35.910)	31.015
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	95.627	29.414	84.164	23.616
Tributos a compensar	18.498	(9.606)	53.955	(20.358)
Depósitos judiciais	(6)	67	(103)	(6.334)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(55.134)	(44.244)
Outros ativos operacionais	(7.959)	(954)	24.230	(62.680)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(83.287)	(5.431)	(48.063)	(69.309)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(898)	(1.688)	(898)	(1.688)
Outros tributos e contribuições sociais	373	11.733	(15.971)	24.877
Taxas regulamentares	109	1.284	(956)	2.196
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(205)	(873)	(1.898)	(8.138)
Adiantamentos de clientes	7	39	26.309	46.432
Outros passivos operacionais	3.079	(349)	68.731	(19.431)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	680.610	542.390	2.111.564	1.735.826
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.699)	(3.851)	(161.638)	(102.022)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(433.347)	(406.010)	(966.626)	(980.057)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	209.564	132.529	983.300	653.747
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	-	(10)	467	-
Venda de participação societária em controlada em conjunto	-	10.454	-	10.454
Aquisições de imobilizado	(5.412)	(4.685)	(981.447)	(494.865)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	(119.824)	(143.568)
Adições de intangível	(1.422)	(891)	(4.665)	(5.402)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(343.900)	(16.415)	-	-
Operações de mútuo com coligadas	-	-	(78)	76
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(350.734)	(11.547)	(1.105.547)	(633.305)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	7
Captação de empréstimos e debêntures	875.797	-	1.937.810	1.038.511
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	(264.000)	(909.234)	(1.036.711)
Liquidação de operações com derivativos	(29.950)	(23.082)	(29.950)	(23.082)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(110.532)	-	(136.000)	(4.354)
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	(21.234)	(61.708)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	735.315	(287.082)	841.392	(87.337)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	594.145	(166.100)	719.145	(66.895)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	195.367	361.467	1.224.637	1.291.531
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	789.512	195.367	1.943.782	1.224.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL Geração de Energia S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
1 - Receita	749.749	748.685	3.893.351	3.225.161
1.1 Receita de venda de energia e serviços	742.669	737.862	2.832.293	2.644.694
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	7.080	7.634	1.011.478	540.130
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	49.560	37.484
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	30	20	(306)
1.5 Ganho na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	3.159	-	3.159
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(90.033)	(214.811)	(1.671.197)	(1.237.601)
2.1 Custo com energia elétrica	(71.752)	(192.628)	(377.848)	(506.062)
2.2 Material	(3.013)	(8.007)	(787.219)	(366.673)
2.3 Serviços de terceiros	(15.140)	(11.549)	(381.477)	(351.357)
2.4 Outros	(128)	(2.628)	(124.653)	(13.508)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	659.716	533.873	2.222.154	1.987.560
4 - Retenções	(75.480)	(81.291)	(678.863)	(669.283)
4.1 Depreciação e amortização	(65.514)	(65.107)	(516.425)	(495.790)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(9.966)	(16.184)	(162.437)	(173.493)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	584.236	452.582	1.543.291	1.318.277
6 - Valor adicionado recebido em transferência	466.683	324.423	663.466	480.228
6.1 Receitas financeiras	147.116	79.255	352.052	263.343
6.2 Equivalência patrimonial	319.568	245.168	311.414	216.885
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.050.919	777.005	2.206.757	1.798.505
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	26.094	21.697	106.144	89.529
8.1.1 Remuneração direta	16.777	15.135	77.335	67.241
8.1.2 Benefícios	8.133	5.460	21.923	16.750
8.1.3 F.G.T.S	1.184	1.102	6.886	5.538
8.2 Impostos, taxas e contribuições	115.411	57.225	384.346	267.156
8.2.1 Federais	115.011	56.871	383.936	263.988
8.2.2 Estaduais	33	37	33	2.804
8.2.3 Municipais	367	318	377	365
8.3 Remuneração de capital de terceiros	508.266	457.563	1.341.808	1.195.920
8.3.1 Juros	507.732	457.105	1.311.435	1.170.570
8.3.2 Aluguéis	534	458	30.373	25.350
8.4 Remuneração de capital próprio	401.148	240.520	374.458	245.899
8.4.1 Dividendo (incluindo adicional proposto)	401.148	103.532	410.321	121.168
8.4.2 Lucros retidos/(Prejuízos) do exercício	-	136.988	(35.863)	124.731
	1.050.919	777.005	2.206.757	1.798.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW, respectivamente. Estes empreendimentos, encontram-se desativados enquanto aguardam posicionamento do Ministério de Minas e Energia sobre o encerramento antecipado de sua concessão. A partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL, bem como a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,6%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2016, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 126 projetos de 2.904,1 MW de capacidade instalada (2.054,3 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 47 PCH's (555,3 MW) com 39 PCH's em operação (423 MW) e 8 PCH's em desenvolvimento (132,3 MW);
- Geração de energia eólica: 70 projetos (1.977,7 MW) com 43 projetos em operação (1.260,0 MW) e 27 projetos em construção/desenvolvimento (717,5 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. As instalações de transmissão da rede básica deverão entrar em operação comercial até setembro de 2017, quando passará a ter direito a 100% da receita anual permitida (RAP), estimada em R\$ 10,8 milhões ao ano.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.

- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tais práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir de 30 de abril de 2017.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a

Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 12 – Imobilizado e redução ao valor recuperável;
- Nota 13 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida; e
- Nota 31 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); e (iii) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis, para detalhes vide nota 27.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- (i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo

deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

3.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,61% a 15,86%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.3 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágio direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso (para detalhes vide nota 3.14, item d); e
- Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo,

representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Para fins de teste de *impairment*, a Administração utiliza o valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e plano de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora deste plano, que têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da

Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio, é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de suprimento da CPFL Geração e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia em ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

As receitas de fornecimento de energia são registradas com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e referem-se a energia vendida para consumidores finais no ambiente de contratação livre.

A receita proveniente da transmissão de energia é reconhecida pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista dos ativos financeiros sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais conforme o caso em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações conforme o caso, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

3.11 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, os outros passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) instrumentos de patrimônio líquido.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (*“goodwill”*). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.12 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios:

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e empresas que a Companhia tenha influência significativa, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, estão descritos na nota 11.1.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.13 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016:

a) Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

A aplicação das alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pois não houve aquisições de negócios em conjunto no exercício. Caso essas transações venham a ocorrer, poderá haver impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

b) Alterações à IAS 16/CPC 27 e ao IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas de usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações ao IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- (i) quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou
- (ii) quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

Com o início da vigência das alterações, a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização do ativo intangível da concessão, pelo prazo remanescente das concessões. Esta alteração resultou

em uma despesa de amortização menor em R\$ 5.354 em 2016. A estimativa da Administração é que a redução da despesa de amortização seja de R\$ 9.897 entre 2017 e 2020. Tal efeito será compensado posteriormente com um aumento da despesa de amortização no período entre 2021 a 2036.

c) Alterações ao IAS 1/CPC 26 – Iniciativa de Divulgações

As alterações ao IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 1/CPC 26 não causou impactos relevantes sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

d) Alterações ao IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações tratam dos métodos permitidos para contabilização de investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Considerando que a Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas, a aplicação das alterações ao IAS 27 não causou impactos em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e) Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Vendas ou Contribuição em Ativos entre Investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

As alterações à IFRS 10 e ao IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, ganhos e perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que seja contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, ganhos e perdas resultantes da reavaliação de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

A aplicação das alterações à IFRS 10 e ao IAS 28 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, uma vez que não houve vendas ou contribuições de ativos entre a Companhia ou suas subsidiárias e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto no exercício. Caso essas transações venham a ocorrer, poderá haver impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

f) Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

As alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 traz esclarecimentos sobre a isenção de preparação de demonstrações financeiras consolidadas para as entidades cuja controlada seja uma entidade de investimento. Considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui controlada, coligada ou controlada em conjunto que se qualifique como entidade de investimento, a aplicação das alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 não causaram impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012 – 2014

A aplicação das alterações não causou impacto relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes mas ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir:

a) CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de *hedge*, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu, que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia avalia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

b) CPC 47 / IFRS 15 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada

operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

c) IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 – Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

d) Alterações ao IAS 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Alterações ao IAS 7 – Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salieta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da Companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

f) Alterações à IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações

Emitidas em 20 de junho de 2016, as alterações fornecem requisitos para a contabilização de:

- a) Efeitos das condições *vesting* e *non-vesting* na mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro;
- b) Transações de pagamentos baseadas em ações com um critério de liquidação líquida, para obrigações de retenção na fonte; e
- c) Uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em ações que altera a classificação da transação de liquidação em dinheiro para liquidação em ações.

As alterações à IFRS 2 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção destas alterações.

g) Alterações à IFRS 4 – Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 – Contratos de seguros

Emitida em 12 de setembro de 2016, as alterações abordam as preocupações decorrentes da implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da implementação da nova norma que substituirá a IFRS 4, por potenciais volatilidades temporárias nos resultados reportados.

Uma vez que a Companhia não aplica o pronunciamento de seguros, a administração da Companhia avalia que as alterações à IFRS 4 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

h) IFRIC 22 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

i) Alterações ao IAS 40 – Propriedade de investimento

Emitidas em 8 de dezembro de 2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A administração da Companhia está avaliando os eventuais impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas.

j) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 – 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Emitidas em 8 de dezembro de 2016.

- j.1) Alterações à IFRS 1 – Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS.
- j.2) Alterações à IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5.
- j.3) Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	2.533	919	84.157	60.744
Aplicações financeiras	786.979	194.448	1.859.625	1.163.893
Certificado de depósito bancário (a)	579.766	-	818.628	155.381
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	58.616	433.693
Fundos de investimento (b)	207.213	194.448	982.381	574.819
Total	789.512	195.367	1.943.782	1.224.637

- a) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDBs e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média entre 100,78% a 101,5% do CDI.
- b) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente na média entre 99,46% a 101,45% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	474	349	19.115	6.651
Concessionárias e permissionárias (a)	148.246	168.560	434.839	412.510
Outros	627	240	1.356	240
	149.347	169.149	455.310	419.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(275)	(275)	(282)	(302)
Total	149.072	168.873	455.028	419.098
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE (b)	28.090	28.090	28.090	28.090
Total	28.090	28.090	28.090	28.090

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2015	(302)	(2.299)	(2.601)
Provisão revertida (constituída)	20	-	20
Baixa de contas a receber provisionadas	-	1.981	1.981
Saldo em 31/12/2016 (Circulante)	(282)	(318)	(600)

a) Concessionárias e Permissionárias

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 60.481 (R\$ 54.202 em 31 de dezembro de 2015) referente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 87.765 (R\$ 114.358 em 31 de dezembro de 2015) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto a Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista") e Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") e CPFL Brasil;
- R\$ 31.637 (R\$ 23.179 em 31 de dezembro de 2015) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 254.757 (R\$ 220.771 em 31 de dezembro de 2015) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

b) Operações Realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 28.090 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a

dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2016, inclui-se o montante de R\$ 23.902 (R\$ 25.630 em 31 de dezembro de 2015) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2016, inclui o montante de R\$ 8.343 (R\$ 16.561 em 31 de dezembro de 2015) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.578	1.062	2.175	4.099
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	2.789	4.952	13.639
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.024	14.580	27.656	44.594
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.162	9.775	43.110	40.454
ICMS a compensar	-	-	2.993	591
Programa de integração social - PIS	626	1.417	2.208	4.390
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.888	6.539	10.023	20.134
Outros	5	39	3.210	1.061
Total	19.282	36.201	96.328	128.961
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	1	5.624
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	7.598	21.237
ICMS a compensar	-	-	2.808	2.808
Outros	-	-	1.607	-
Total	-	-	12.013	29.669

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 – Composição dos créditos (débitos) fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	4.932	10.803	4.983	11.269
Diferenças temporariamente indedutíveis	(64.543)	(72.425)	(354.086)	(375.578)
Subtotal	(59.611)	(61.622)	(349.103)	(364.309)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	16.169	31.911	16.379	33.205
Benefício fiscal do ágio incorporado	16.090	18.380	16.090	18.380
Diferenças temporariamente indedutíveis	(179.286)	(201.183)	(982.458)	(1.042.100)
Subtotal	(147.028)	(150.891)	(949.991)	(990.514)
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(6.157)	(4.551)
Total	(206.638)	(212.513)	(1.305.251)	(1.359.374)
Total crédito fiscal	-	-	260	3.878
Total débito fiscal	(206.638)	(212.513)	(1.305.511)	(1.363.252)

O benefício fiscal do ágio intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13. O saldo na data base de 31 de dezembro de 2015 passou a ser realizado a partir de 2016 de forma linear pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento com a detentora da concessão (Furnas). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,70% (6,02% em 2015).

8.2 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	CSLL	IRPJ		CSLL	IRPJ	
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	525	1.457		50	138	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	148		53	148	
Provisão relacionada a pessoal	136	377		107	297	
Derivativos	(6.052)	(16.811)		(16.147)	(44.854)	
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	554	1.538		554	1.538	
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(5.631)	(15.643)		(289)	(803)	
Depreciação acelerada incentivada	(73)	(204)		(34)	(95)	
Outros	82	228		231	643	
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(55.223)	(153.398)		(58.484)	(162.456)	
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	1.087	3.020		1.534	4.261	
Total	(64.543)	(179.286)		(72.425)	(201.183)	

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	525	1.457	-	50	138	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	148	-	53	148	-
Programas de P&D e eficiência energética	2	6	-	650	1.806	-
Provisão relacionada a pessoal	136	377	-	107	297	-
Derivativos	(6.052)	(16.811)	-	(16.147)	(44.854)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(1.202)	(2.219)	(6.157)	(1.264)	(2.333)	(4.551)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	554	1.538	-	554	1.538	-
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(5.631)	(15.643)	-	(289)	(803)	-
Depreciação acelerada incentivada	(73)	(204)	-	(34)	(95)	-
Outros	80	222	-	231	643	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(55.223)	(153.398)	-	(58.484)	(162.456)	-
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	1.087	3.020	-	1.534	4.261	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	22.771	63.252	-	24.248	67.355	-
Outras diferenças temporárias						
Impostos diferidos - passivo:						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)	(27.472)	(76.310)	-	(29.132)	(80.922)	-
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(78.443)	(217.897)	-	(86.495)	(240.264)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(183.443)	(509.563)	-	(193.927)	(538.685)	-
Outras diferenças temporárias	(21.755)	(60.433)	-	(17.234)	(47.873)	-
Total	(354.086)	(982.458)	(6.157)	(375.578)	(1.042.100)	(4.551)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado que estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido e (ii) prejuízo fiscal e base negativa está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	14.669	14.669
2019	11.745	17.325
2020	2.016	7.596
2021	1.862	7.442
2022	1.719	7.299
2023 a 2025	4.336	21.075
2026 a 2028	10.049	26.788
2029 a 2031	-	16.739
2032 a 2034	-	13.747
Total	46.397	132.680

8.3 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	442.629	442.629	238.903	238.903
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(319.568)	(319.568)	(245.168)	(245.168)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(1.136)	-
Realização correção monetária complementar	2	-	19	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(411)	(411)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(761)	(399)	755	2.182
Base de cálculo	121.312	122.251	(6.627)	(4.083)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(10.918)	(30.563)	596	1.021
Corrente	(13.377)	(35.667)	2.977	8.151
Diferido	2.459	5.104	(2.381)	(7.130)
(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica				
	<u>Consolidado</u>			
	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	518.990	518.990	334.849	334.849
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(311.414)	(311.414)	(216.885)	(216.885)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(1.136)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(411)	(411)	-	-
Efeito regime lucro presumido	(156.317)	(215.497)	(176.588)	(234.086)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(112.232)	-	(85.760)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(17.502)	(18.236)	12.318	13.582
Base de cálculo	32.767	(138.800)	(47.442)	(188.300)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(2.949)	34.700	4.270	47.075
Crédito fiscal não reconhecido, líquido	(47.054)	(129.229)	(37.217)	(103.078)
Total	(50.003)	(94.529)	(32.948)	(56.003)
Corrente	(67.410)	(141.100)	(38.954)	(73.256)
Diferido	17.407	46.571	6.006	17.253
(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica				

Crédito Fiscal Não Constituído - No consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, refere-se a créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos pela controlada CPFL Renováveis por não haver neste momento, razoável segurança de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos créditos. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a controlada CPFL Renováveis possuía créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados no montante de R\$ 785.660 (R\$ 577.329 em 31 de dezembro de 2015). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	7.841	7.841	8.290	8.290
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(706)	(1.960)	(746)	(2.073)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	1.153	3.202	314	870
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	447	1.241	(432)	(1.202)

(9) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2014 (Não circulante)	77.779
Adições	37.469
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	11.400
Recebimento RAP	(3.257)
Saldo em 31/12/2015	123.391
Circulante	9.630
Não circulante	113.761
Adições	50.574
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	16.088
Recebimento RAP	(9.721)
Saldo em 31/12/2016	180.333
Circulante	10.700
Não circulante	169.633

O saldo refere-se ao ativo financeiro (mensurado ao custo amortizado) e corresponde ao direito estabelecido no contrato de concessão das controladas CPFL Transmissão Piracicaba e CPFL Transmissão Morro Agudo, de receber caixa ao longo da concessão via receita anual permitida - RAP e via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão. A remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado, a RAP a ser recebida ao longo da concessão e a indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente. A atualização de R\$ 16.088 (R\$ 11.400 em 31 de dezembro de 2015), tem como contrapartida outras receitas e rendas operacionais.

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a receber - consórcios	-	-	3.483	3.483	-	-	13.325	13.345
Adiantamentos - Fundação CESP	121	186	-	-	121	186	-	-
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	12.979	10.675	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	85.029	-	509.477	401.512
Ordens em curso	-	-	-	-	2.710	2.688	-	-
Reembolso RGR	1.017	1.439	-	-	-	-	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	-	-	27.302	31.375
Despesas antecipadas	424	391	-	-	13.722	14.196	11.061	14.355
Repactuação GSF	-	-	-	-	10.411	7.416	23.159	24.816
Adiantamentos a funcionários	209	142	-	-	578	511	-	-
Indenizações	6.860	-	-	-	6.860	49.937	-	-
Outros	2.002	503	-	-	39.936	20.484	12.726	19.056
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(318)	(318)	-	-	(318)	(318)	-	(1.981)
Total	10.315	2.343	3.483	3.483	172.028	105.775	597.049	502.477

Créditos a receber – Consórcios – No saldo consolidado em 31 de dezembro de 2016, inclui o montante de R\$ 9.842 (R\$ 10.140 em 31 de dezembro de 2015), representado pelo direito que a CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”), empresa controlada pela CPFL Renováveis, tem a receber da Baldin Bioenergia S.A. (“Baldin”), pelos investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível no montante de R\$ 47.454 (R\$ 46.474 em 31 de dezembro de 2015), líquido de provisão para cobrir potenciais perdas no valor de R\$ 37.612 (R\$ 36.334 em 31 de dezembro de 2015), valor esse considerado suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. em 22 de novembro de 2014 homologou na justiça um plano de recuperação judicial do saldo acima mediante a subscrição em Debêntures, observando algumas condições previstas no plano de recuperação judicial.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para pagamento de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), sendo da controlada CPFL Renováveis os montantes de R\$ 476.737 (R\$ 373.386 em 31 de dezembro de 2015) e da controlada Ceran os montantes de R\$ 32.740 (R\$ 28.126 em 31 de dezembro de 2015). Estes fundos são remunerados a taxa média equivalente entre 91,95 a 101,5% do CDI.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Repactuação GSF – Refere-se ao prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

Indenizações – refere-se aos montantes a receber de seguradora referente à indenização para os sinistros ocorridos em controladas da CPFL Renováveis.

Outros – O montante de R\$ 13.950, referia-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tinha garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas fossem materializadas dentro do período contratual. Esses valores tinham como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Em dezembro de 2016 houve a baixa desse montante mediante a prescrição das condições contratuais.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido das controladas	4.151.654	3.906.796	1.482.533	1.235.832
Mais valia de ativos, líquidos	11.219	11.799	11.219	11.799
Adiantamento para futuro aumento de capital	343.900	-	-	-
Total	4.506.774	3.918.595	1.493.753	1.247.631

11.1 – Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2016			31/12/2016		31/12/2015		2016	2015
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial			
Baesaa	99.618.754	25,01	398.381	703.489	39.405	175.914	166.150	9.853	2.508		
Enercan	189.428.815	48,72	388.787	1.154.897	240.363	562.701	473.148	117.112	74.677		
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	1.053.275	212.294	537.170	449.049	117.451	77.487		
EPASA	150.941.659	53,34	221.413	387.584	126.665	206.749	147.485	67.577	63.348		
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(579)	(1.136)		
Soma (Consolidado)						1.482.533	1.235.832	311.414	216.885		
CPFL Renováveis (*)	259.748.799	51,60	3.390.870	4.324.589	(151.900)	2.076.844	2.155.308	(78.395)	(28.101)		
CERAN	306.068.880	65,00	470.875	753.484	110.345	489.765	435.075	71.724	48.267		
CPFL Transmissão Piracicaba (*)	82.585.354	100,00	82.585	95.173	13.202	95.173	80.582	13.202	8.127		
CPFL Transmissão Morro Agudo (*)	6.110.000	100,00	6.110	51.240	1.623	7.340	-	1.623	(10)		
Total (Controladora)						4.151.654	3.906.796	319.568	245.169		

(*) Em 31 de dezembro de 2016 os montantes de adiantamento para futuro aumento de capital eram compostos pelos adiantamentos para as seguintes controladas: (i) R\$ 300.000 para CPFL Renováveis, (ii) R\$ 43.900 para a CPFL Transmissão Morro Agudo, ver detalhes na nota 11.3.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios são classificados, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2015			Movimentação em 2016				Saldo em 31/12/2016		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	147.484	-	147.484	-	67.577	-	(8.314)	206.749	-	206.749
BAESA	166.150	-	166.150	-	9.853	-	(90)	175.914	-	175.914
ENERCAN	473.148	-	473.148	-	117.112	-	(27.560)	562.700	-	562.700
Chapecoense	449.049	-	449.049	-	117.451	-	(29.330)	537.170	-	537.170
CERAN	435.076	(435.076)	-	-	71.724	-	(17.035)	489.765	(489.765)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	80.582	(80.582)	-	10.315	13.202	-	(8.926)	95.173	(95.173)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	6.100	1.623	-	(383)	7.340	(7.340)	-
CPFL Renováveis	2.155.308	(2.155.308)	-	-	(78.395)	(68)	-	2.076.844	(2.076.844)	-
	3.906.796	(2.670.966)	1.235.832	16.415	320.147	(68)	(91.638)	4.151.654	(2.669.122)	1.482.533

	Saldo em 31/12/2014			Movimentação em 2015					Saldo em 31/12/2015		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Dividendo Declarado	Aporte de Capital	Equivalência Patrimonial	Venda de Participação	Outras	Controladora	Eliminação	Consolidado
Investimento											
CPFL Renováveis	2.183.402	(2.183.402)	-	-	-	(28.101)	-	7	2.155.308	(2.155.308)	-
CERAN	398.272	(398.272)	-	(11.463)	-	48.267	-	-	435.076	(435.076)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	14.889	(14.890)	-	(1.930)	59.496	8.127	-	-	80.582	(80.582)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	-	10	(10)	-	-	-	-	-
BAESA	163.662	-	163.662	(20)	-	2.508	-	-	166.150	-	166.150
ENERCAN	415.952	-	415.952	(17.481)	-	74.677	-	-	473.148	-	473.148
Chapecoense	399.979	-	399.979	(28.417)	-	77.487	-	-	449.049	-	449.049
EPASA	106.243	-	106.243	(15.041)	-	63.348	(7.066)	-	147.484	-	147.484
	3.682.398	(2.596.564)	1.085.835	(74.352)	59.506	246.302	(7.066)	7	3.906.796	(2.670.966)	1.235.832

11.2 – Dividendos a Receber

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CPFL Sul Centrais Elétricas	4.000	4.000	-	-
EPASA	-	29.933	-	29.933
BAESA	89	20	89	20
ENERCAN	40.983	30.905	40.983	30.905
CERAN	17.034	11.463	-	-
Chapecoense	29.329	28.417	29.329	28.417
CPFL Transmissão Piracicaba	10.856	1.930	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	383	-	-	-
	102.676	106.668	70.402	89.274

11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Controlada	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
CPFL Transmissão Piracicaba	-	10.315
CPFL Transmissão Morro Agudo	43.900	6.100
CPFL Renováveis	300.000	-
	343.900	16.415

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital do exercício de 2016 foi classificado em Investimentos, conforme demonstrado na nota 11.1.

11.4 – Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CPFL		Total
	CERAN	Renováveis	
Saldo em 31/12/2014	214.454	2.171.912	2.386.366
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,39%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	25.990	(20.611)	5.379
Dividendos	(6.173)	(2.818)	(8.991)
Outras movimentações	-	8	8
Saldo em 31/12/2015	234.271	2.148.491	2.382.762
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,39%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	38.621	(65.311)	(26.691)
Dividendos	(9.172)	(22.751)	(31.923)
Outras movimentações	-	535	535
Saldo em 31/12/2016	263.719	2.060.963	2.324.682
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	

11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Ativo circulante	288.538	1.398.797	203.205	1.296.420
Caixa e equivalentes de caixa	238.241	908.982	154.845	871.503
Ativo não circulante	927.948	11.066.086	997.049	10.607.682
Passivo circulante	121.646	1.313.466	128.920	1.174.865
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.162	889.981	62.279	854.042
Outros passivos financeiros	20.800	85.523	39.068	75.716
Passivo não circulante	341.356	6.713.610	401.988	6.425.440
Empréstimos, financiamentos e debêntures	254.732	5.517.890	318.864	5.167.017
Outros passivos financeiros	86.624	633	83.124	633
Patrimônio líquido	753.484	4.437.807	669.346	4.303.797
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	753.484	4.324.589	669.346	4.176.063
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	113.218	-	127.734
	2016		2015	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Receita operacional líquida	301.179	1.646.589	281.374	1.499.356
Custo e despesa operacional	(67.242)	(653.459)	(71.033)	(498.005)
Depreciação e amortização	(48.082)	(553.169)	(45.986)	(540.578)
Receita de juros	28.232	112.389	17.532	115.639
Despesa de juros	(36.485)	(591.626)	(40.801)	(551.407)
Despesa de imposto sobre a renda	(55.596)	(46.311)	(38.381)	(49.221)
Lucro (prejuízo) líquido	110.345	(143.706)	74.256	(48.717)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	110.345	(151.900)	74.256	(54.447)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	8.195	-	5.730

11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2016, e 2015 são como segue:

Negócio em conjunto	31/12/2016				31/12/2015			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	405.874	54.703	577.296	257.082	292.133	105.198	356.493	305.371
Caixa e equivalentes de caixa	288.956	18.946	280.083	85.709	112.387	75.097	239.192	120.307
Ativo não circulante	1.174.869	1.117.120	2.892.371	562.462	1.253.002	1.174.604	3.079.957	600.413
Passivo circulante	196.760	116.192	391.402	172.401	264.721	188.077	447.142	336.794
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.560	87.032	137.753	35.555	86.724	111.422	136.322	57.269
Outros passivos financeiros	7.848	24.119	78.372	62.762	81.121	70.793	115.360	122.921
Passivo não circulante	229.085	352.142	2.024.989	259.559	309.317	427.284	2.108.820	292.490
Empréstimos, financiamentos e debêntures	153.020	63.196	1.292.239	218.891	240.336	155.826	1.404.553	251.913
Outros passivos financeiros	26.254	276.600	730.494	28.686	24.759	260.042	703.556	40.381
Patrimônio líquido	1.154.897	703.489	1.053.275	387.584	971.097	664.442	880.488	276.500

Negócio em conjunto	2016				2015			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	564.966	239.730	789.732	548.145	523.055	427.561	729.511	949.246
Custo e despesa operacional	(137.154)	(76.980)	(140.207)	(328.088)	(196.475)	(259.999)	(149.214)	(729.989)
Depreciação e amortização	(53.888)	(51.429)	(126.770)	(35.075)	(53.733)	(55.342)	(130.652)	(32.413)
Receita de juros	31.602	9.115	35.113	10.329	15.742	8.426	28.235	11.275
Despesa de juros	(36.275)	(23.961)	(125.192)	(23.128)	(56.049)	(22.555)	(132.625)	(29.778)
Despesa de imposto sobre a renda	(121.223)	(20.401)	(106.683)	(28.011)	(76.795)	(5.165)	(76.880)	(32.869)
Lucro (prejuízo) líquido	240.363	39.405	212.294	126.665	153.269	10.028	151.935	118.734
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até o ano de 2028 (informações relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

(12) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	11.009	288.643	225.683	720.566	719	811	12.887	1.260.318
Custo histórico	11.009	461.463	385.006	1.438.875	1.475	2.602	12.887	2.313.317
Depreciação acumulada	-	(172.820)	(159.323)	(718.309)	(756)	(1.791)	-	(1.053.000)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.685	4.685
Baixas	(7)	(414)	(36)	(244)	-	-	-	(700)
Transferências	-	140	-	816	-	5	(961)	-
Depreciação	-	(12.310)	(10.015)	(40.841)	(160)	(191)	-	(63.518)
Baixa da depreciação	-	139	23	159	-	-	-	322
Incorporação de ativos de geração - custo	265	1.589	1.078	4.702	-	80	592	8.307
Incorporação de ativos de geração - depreciação	-	(1.139)	(695)	(2.116)	-	(16)	-	(3.966)
Saldo em 31/12/2015	11.268	276.648	216.038	683.043	559	689	17.204	1.205.447
Custo histórico	11.268	462.778	386.048	1.444.150	1.475	2.687	17.204	2.325.609
Depreciação acumulada	-	(186.130)	(170.010)	(761.107)	(917)	(1.998)	-	(1.120.162)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.412	5.412
Baixas	-	-	-	(62)	(95)	-	-	(157)
Transferências	-	-	-	13.009	266	36	(13.312)	-
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	-	4	-	36	(168)	-	-	(129)
Depreciação	-	(12.327)	(10.021)	(41.362)	(176)	(162)	-	(64.047)
Baixa da depreciação	-	-	-	42	46	-	-	87
Transferências de/para outros ativos - depreciação (*)	-	3	(46)	166	150	-	-	273
Saldo em 31/12/2016	11.268	264.327	205.971	654.873	583	563	9.304	1.146.888
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.438.310	1.480	2.723	9.304	2.311.914
Depreciação acumulada	-	(198.454)	(180.077)	(783.437)	(897)	(2.160)	-	(1.165.025)
Taxa média de depreciação 2015	0,00%	2,68%	2,61%	2,90%	14,73%	9,02%		
Taxa média de depreciação 2016	0,00%	2,68%	2,61%	2,92%	13,19%	8,78%		

(*) Na controladora o valor de R\$ 144 se refere a transferências do intangível para imobilizado.

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	178.081	1.182.266	1.509.319	5.796.004	1.517	5.176	282.843	8.955.207
Custo histórico	193.158	1.632.774	1.962.231	7.472.089	2.998	10.148	282.843	11.556.241
Depreciação acumulada	(15.077)	(450.507)	(452.911)	(1.676.085)	(1.481)	(4.972)	-	(2.601.034)
Adições	-	-	169	510	-	-	526.672	527.350
Baixas	(1.354)	(414)	(2.663)	(14.530)	(154)	(200)	-	(19.314)
Transferências	2.338	140	26.804	141.625	107	30	(171.044)	-
Reclassificação - custo	(212)	327.441	(499.943)	172.833	22	(141)	-	-
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	(24)	2	(6.548)	15.067	(1)	(186)	(1.716)	6.594
Depreciação	(6.258)	(68.444)	(49.662)	(363.170)	(354)	(642)	-	(488.532)
Baixa da depreciação	-	139	204	2.574	48	100	-	3.066
Reclassificação - depreciação	-	(68.711)	68.711	83	-	(83)	-	-
Incorporação de ativos de geração - custo	265	1.589	1.078	4.702	-	80	592	8.307
Incorporação de ativos de geração - depreciação	-	(1.139)	(695)	(2.116)	-	(16)	-	(3.966)
Saldo em 31/12/2015	172.837	1.372.869	1.046.773	5.753.583	1.185	4.118	637.346	8.988.711
Custo histórico	194.171	1.961.532	1.480.835	7.790.926	2.972	9.731	637.346	12.077.512
Depreciação acumulada	(21.334)	(588.663)	(434.061)	(2.037.343)	(1.787)	(5.613)	-	(3.088.801)
Adições	-	171	-	189	-	-	1.039.236	1.039.597
Baixas	-	-	(421)	(2.104)	(399)	(565)	(26.116)	(29.605)
Transferências	8.326	95.799	177.899	1.143.227	1.018	162	(1.426.429)	-
Reclassificação - custo	(137)	(1.434)	(23.173)	33.194	(13)	99	-	8.537
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	-	3	-	(760)	(167)	-	100	(826)
Depreciação	(7.632)	(75.561)	(53.049)	(370.414)	(392)	(636)	-	(507.684)
Baixa da depreciação	(7)	1	62	1.529	133	166	-	1.884
Reclassificação - depreciação	(1.212)	(967)	(5.374)	(1.005)	10	11	-	(8.537)
Transferências de/para outros ativos - depreciação (*)	-	3	(46)	166	149	-	-	273
Saldo em 31/12/2016	172.175	1.390.885	1.142.672	6.557.605	1.522	3.355	224.138	9.492.351
Custo histórico	202.360	2.056.081	1.635.216	8.946.942	3.324	9.425	224.138	13.077.487
Depreciação acumulada	(30.185)	(665.197)	(492.544)	(2.389.337)	(1.801)	(6.071)	-	(3.585.135)
Taxa média de depreciação 2015	3,86%	3,69%	3,28%	4,15%	11,57%	8,50%		
Taxa média de depreciação 2016	3,86%	3,89%	3,10%	4,47%	12,42%	8,67%		

(*) No consolidado o valor de R\$ 553 (R\$ 6.594 em 31 de dezembro de 2015), é referente a transferências do intangível para imobilizado.

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 182.181 (R\$ 612.083 em 31 de dezembro de 2015).

Os montantes registrados na linha “Reclassificação – custo” e “Reclassificação – depreciação”, relacionados principalmente à controlada CPFL Renováveis, referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado e não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados R\$ 54.733 a uma taxa de 11,70% a.a. (R\$ 32.485 a uma taxa de 11,16% a.a. em 31 de dezembro de 2015), vide nota 26.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 25).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, é de R\$ 4.157.894 (R\$ 3.535.263 em 2015), estando relacionado à controlada CPFL Renováveis.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(13) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	139.103	5.461	144.564
Custo histórico	426.450	13.731	440.180
Amortização acumulada	(287.347)	(8.270)	(295.617)
Adições	-	891	891
Amortização	(16.184)	(1.589)	(17.773)
Incorporação de intangíveis de geração	-	8	8
Saldo em 31/12/2015	122.919	4.770	127.689
Custo histórico	426.450	14.671	441.120
Amortização acumulada	(303.531)	(9.900)	(313.431)
Adições	-	1.422	1.422
Amortização	(9.966)	(1.467)	(11.433)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(144)	(144)
Saldo em 31/12/2016	112.953	4.581	117.533
Custo histórico	426.450	16.093	442.543
Amortização acumulada	(313.497)	(11.513)	(325.010)

	Consolidado			
	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	3.491.626	30.162	54.646	3.576.435
Custo histórico	4.191.292	35.840	107.238	4.334.370
Amortização acumulada	(699.666)	(5.678)	(52.591)	(757.935)
Adições	-	-	5.402	5.402
Amortização	(173.492)	(1.419)	(5.838)	(180.749)
Baixa e Transferência - ativo imobilizado	-	-	(6.667)	(6.667)
Incorporação de intangíveis de geração	-	-	8	8
Saldo em 31/12/2015	3.318.134	28.743	47.552	3.394.429
Custo histórico	4.191.259	35.840	106.021	4.333.120
Amortização acumulada	(873.125)	(7.097)	(58.468)	(938.690)
Adições	-	-	4.665	4.665
Amortização	(162.437)	(1.419)	(7.323)	(171.179)
Baixa e transferência - outros ativos	(7.284)	-	(8.399)	(15.683)
Perda por redução ao valor recuperável	(40.433)	-	-	(40.433)
Saldo em 31/12/2016	3.107.981	27.324	36.495	3.171.799
Custo histórico	4.143.543	35.840	93.673	4.273.056
Amortização acumulada	(1.035.563)	(8.516)	(57.177)	(1.101.256)

A partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente, para todos os casos, o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes rubricas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios (nota 25).

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Adicionalmente, a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$ 40.433, referente aos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios dos empreendimentos Aiuruoca, Campo dos Ventos IV e Eurus V.

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional (nota 28). Adicionalmente, durante 2016 e 2015 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios desta controlada e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	27.199	107.346	68.877	158.526
Encargos de uso da rede elétrica	87	136	2.470	2.795
Materiais e serviços	2.334	5.426	81.317	39.406
Total	29.621	112.908	152.663	200.726
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	633	633
Total	-	-	633	633

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora

	31/12/2016			31/12/2015			
	Encargos - circulante	Principal		Total	Encargos - circulante	Principal	
		Circulante	Não circulante			Não circulante	Total
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Instituições financeiras	23.795	-	617.520	641.316	24.604	617.520	642.124
Total ao custo	23.795	-	617.520	641.316	24.604	617.520	642.124
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Instituições financeiras	2.764	325.910	800.109	1.128.783	277	390.480	390.757
Marcação a mercado	-	260	(9.698)	(9.438)	-	(12.328)	(12.328)
Total ao valor justo	2.764	326.170	790.411	1.119.345	277	378.152	378.429
Gastos com captação	-	(42)	(113)	(155)	-	-	-
Total	26.560	326.128	1.407.818	1.760.506	24.881	995.672	1.020.553

Consolidado

	31/12/2016			31/12/2015				
	Encargos - circulante	Principal		Total	Encargos - circulante	Principal		Total
		Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Investimento	14.031	469.488	3.520.343	4.003.862	13.398	376.909	3.614.848	
Instituições financeiras	41.007	119.488	1.139.032	1.299.527	27.283	40.000	865.398	
Total ao custo	55.038	588.976	4.659.375	5.303.389	40.680	416.909	4.480.246	
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	2.764	325.910	800.109	1.128.783	277	-	390.480	
Marcação a mercado	-	260	(9.698)	(9.438)	-	-	(12.328)	
Total ao valor justo	2.764	326.170	790.411	1.119.345	277	-	378.152	
Gastos com captação	-	(1.252)	(13.624)	(14.876)	-	-	(9.507)	
Total	57.802	913.894	5.436.162	6.407.858	40.958	416.909	4.848.891	

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2016	31/12/2015			
Moeda Nacional					
Investimentos					
CERAN					
BNDES	266.484	312.149	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
BNDES	48.409	68.993	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Transmissão Piracicaba					
FINAME	16.871	19.466	Pré-fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
CPFL Renováveis					
FINEM I	262.224	290.445	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	22.210	25.308	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	495.912	528.527	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	80.362	90.679	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 parcelas mensais a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária
FINEM VI	74.737	79.457	TJLP + 2,05%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013	Penhor de Ações da CPFL Renováveis, Cessão de Recebíveis
FINEM VII	138.474	156.737	TJLP + 1,92%	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações, Cessão fiduciária, Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos
FINEM IX	25.195	32.289	TJLP + 2,15%	120 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Penhor de ações, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	230	528	TJLP	84 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos
FINEM XI	105.670	115.676	TJLP + 1,87% a 1,9%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	317.289	335.894	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	318.257	296.891	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária
FINEM XIV	-	11.599	TJLP + 3,50%	120 parcelas mensais a partir de junho de 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação
FINEM XV	27.305	31.227	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e carta reserva
FINEM XVI	6.418	8.500	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e carta reserva
FINEM XVII	460.426	490.786	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes, conta reserva
FINEM XVIII	13.763	18.481	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis e fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	29.559	31.381	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XX	44.650	52.091	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXI	40.281	42.765	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXII	39.281	45.828	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXIII	1.729	2.305	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis
FINEM XXIV	109.580	136.528	Pré-fixado 5,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XXV	87.492	79.010	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016	Penhor de ações e de direitos emergentes, cessão fiduciária de direitos creditórios e de máquinas e equipamentos
FINEM XXVI	525.011	270.768	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017	Penhor de ações e de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta reserva
FINEM XXVII	70.532	-	TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINAME IV	2.857	3.327	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro 2015	Alienação fiduciária e aval da CPFL Renováveis
FINEP I	1.397	1.890	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II	10.445	10.383	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	5.232	6.374	TJLP + 2%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
BNB I	100.323	108.835	Pré-fixado 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação fiduciária, penhor de ações e garantida da SIF Energy
BNB II	158.364	165.324	Pré-fixado 10% (a)	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Fiança da CPFL Energia
BNB III	29.020	30.837	Pré-fixado 9,5%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	67.872	72.739	IGPM + 8,63%	50 parcelas trimestrais a partir de junho de 2011	Não existem garantias
Banco do Brasil	-	31.015	Pré-fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária, seguro garantia e conta reserva
Instituições Financeiras					
CPFL Geração					
Banco do Brasil - Capital de Giro	641.316	642.124	109,5% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança CPFL Energia
CPFL Transmissão Morro Agudo					
CCB-I Santander	5.031	-	CDI+1,60%	parcela única em março de 2017	Aval CPFL Energia
CPFL Renováveis					
Bradesco	250.363	290.679	CDI + 0,5% (b)	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Safra I	208.547	-	105% do CDI	14 parcelas a partir de agosto de 2016	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis
CCB - BBM	44.171	-	CDI + 3,40%	Parcela única em março de 2018	Não existem garantias
CCB - ABC	44.217	-	CDI + 3,80%	Parcela única em dezembro de 2017	Não existem garantias
Nota Promissória - ABC (*)	105.883	-	CDI + 3,80%	4 parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2017	Não existem garantias
Subtotal Moeda Nacional - Custo	5.303.389	4.937.836			
Total Mensuradas ao Custo	5.303.389	4.937.836			

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2016	31/12/2015			
Moeda Estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Instituições Financeiras					
CPFL Geração					
HSBC	326.159	390.757	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (2)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	97.946	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,60% + Comissão 1,40% (3)	Parcela única em junho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	117.550	-	US\$ + 3,3703% (3)	Parcela única em junho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Citibank	391.380	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (3)	3 Parcelas anuais a partir de setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	32.624	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,20% + Comissão 1,10% (3)	Parcela única em setembro de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	163.125	-	US\$ + 3,13% (3)	Parcela única em dezembro de 2019	Aval da CPFL Energia
Marcação a mercado	(9.438)	(12.328)			
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	1.119.345	378.429			
Gastos com captação (*)	(14.876)	(9.507)			
Total Consolidado	6.407.859	5.306.758			

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos gastos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas. Possui swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 143,5% do CDI
(2) 104,7% do CDI
(3) 108,75% a 115,8% do CDI
Taxa efetiva:
(a) pré-fixado 10,57%
(b) CDI + 0,73%

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC's 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.119.345 (R\$ 378.429 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 9.438 (R\$ 12.328 em 31 de dezembro 2015), foram compensados com as perdas acumuladas obtidas com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 487 (R\$ 7.802 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho líquido de R\$ 8.951 (R\$ 4.526 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2018	130.326	728.526
2019	1.156.864	1.642.743
2020	130.326	612.859
2021	-	383.035
2022	-	385.988
2023 a 2027	-	1.217.585
2028 a 2032	-	458.899
2033 a 2037	-	16.225
Subtotal	1.417.516	5.445.860
Marcação a mercado	(9.698)	(9.698)
Total	1.407.818	5.436.162

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada		Consolidado % da dívida	
	2016	2015	2016	2015
IGP-M	7,17	10,54	1,06	1,37
Cesta de moedas	(16,30)	46,15	0,76	1,30
TJLP	7,50	6,21	52,49	61,03
CDI	13,63	13,18	37,75	24,71
DÓLAR	(16,54)	47,03	-	-
Outros			7,95	11,59
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Empresa	Banco / Modalidade	R\$ mil			Pagamento de juros	Destinação dos recursos
		Total aprovado	Liberado em 2016	Liberado líquido dos gastos de captação		
Moeda nacional:						
Investimento:						
CPFL Renováveis	FINEM XIII	379.948	38.873	38.873	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVII	69.103	67.628	67.628	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVI	764.109	219.028	216.899	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXV	84.338	6.676	6.676	Mensal	Plano de investimentos da controlada
Instituições financeiras:						
CPFL Transmissão Morro Agudo	Santander / CCB (a)	5.000	5.000	5.000	No vencimento da dívida	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis: Alto Irani	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Alto Irani (a)	75.000	75.000	73.416	Semestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Plano Alto	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Plano Alto (a)	55.000	55.000	53.838	Semestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis controladora	Banco BBM/CCB (a)	44.000	44.000	44.000	No vencimento da dívida	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis controladora	Banco ABC/CCB (a)	44.000	44.000	44.000	No vencimento da dívida	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	Banco ABC/Notas Promissórias (a)	100.000	100.000	99.294	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis: Figueirópolis	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Figueirópolis (a)	70.000	70.000	68.521	Semestral	Plano de investimentos da controlada
		1.690.498	725.205	718.145		
Moeda estrangeira:						
Instituições financeiras:						
CPFL Geração	Scotiabank / Lei 4.131	117.036	117.036	117.036	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	Scotiabank / Lei 4.131	174.525	174.525	174.525	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	Citibank / Lei 4131	397.320	397.320	397.320	Trimestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	CCB China / Lei 4.131 (a)	137.071	137.071	137.071	Trimestral	Reforço de capital de giro
		825.952	825.952	825.952		
		2.516.450	1.551.157	1.544.097		

(a). Não há cláusulas restritivas financeiras

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e/ou suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos contratados ou com deliberações de recursos ocorridas em 2016, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

CPFL Geração

Captações em moeda estrangeira – Citibank, Scotiabank e operação sindicalizada (Lei 4.131)

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente.

Os índices exigidos são os seguintes:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro – valor mínimo de 2,25.

CERAN

Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada CERAN determina:

- Manutenção de índice de cobertura da dívida (“ICSD”), apurado na controlada Ceran, em 1,3 vezes, durante o período de amortização;
- Restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

CPFL Renováveis (apurados na controlada CPFL Renováveis e suas controladas, exceto quando mencionado em cada item específico):

FINEM I e FINEM VI

- Manutenção de índice de cobertura da dívida “ICSD” (Saldo de caixa do ano anterior + geração de caixa do ano corrente) / Serviço da dívida do ano corrente) em 1,2 vezes.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas indiretas SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A. e SPE Várzea Alegre Energia S.A. (controladas da CPFL Renováveis) não atenderam o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total das dívidas, de R\$ 87.376, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado das dívidas em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2016, e em 07 de março de 2017 as controladas obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016. O descumprimento do referido *covenant* também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de *cross-default*.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de patrimônio líquido/(Patrimônio líquido + Dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia;
- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia.

FINEM V

- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de índice de capitalização própria igual ou superior a 30%.

FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM IX, FINEM XIII e FINEM XXV

- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3.

FINEM XXVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada Turbina 16, durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia.

FINEM XII

- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida das controladas indiretas Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A. e SPE Pedra Preta Energia S.A. maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;
- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding S.A., após o início de amortização.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do investimento total do projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

Em 14 de abril de 2016 ocorreu a quitação do contrato de financiamento.

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total;
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,2 durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

FINEM XIX, FINEM XX, FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2014 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

FINEM XXVII

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Índice de Capitalização Própria (ICP), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total, maior ou igual a 39,5%.

HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção do coeficiente de endividamento igual ou inferior a 70%;
- Manutenção de Índice de cobertura da duração do financiamento maior ou igual a 1,7.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

Citibank e Scotiabank (Lei 4.131)

- Manutenção, no consolidado da controladora CPFL Energia, dos seguintes índices:
- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro – valor mínimo de 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de covenants, a Garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na



participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estavam sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a não decretação dos vencimentos antecipados dos referidos empréstimos e financiamentos, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, exceto pelo mencionado anteriormente sobre a controlada CPFL Renováveis, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

(16) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

		31/12/2016				31/12/2015			
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora									
5ª Emissão	Série Única	12.969	546.000	546.000	1.104.969	13.382	-	1.092.000	1.105.382
6ª Emissão	Série Única	23.228	-	460.000	483.228	23.531	-	460.000	483.531
7ª Emissão	Série Única	16.379	-	635.000	651.379	16.770	-	635.000	651.770
8ª Emissão	Série Única	3.369	-	85.520	88.889	3.153	-	80.024	83.177
9ª Emissão	Série Única	524	-	50.278	50.802	-	-	-	-
Gastos com emissão (**)		-	(1.708)	(2.494)	(4.202)	-	-	(4.580)	(4.580)
Controladora		56.470	544.292	1.774.305	2.375.066	56.835	-	2.262.444	2.319.279
CPFL Renováveis									
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	6.160	43.000	322.500	371.660	6.579	43.000	365.500	415.079
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	11.486	30.000	270.000	311.486	11.893	-	300.000	311.893
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	4.444	-	296.000	300.444	4.589	-	296.000	300.589
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	7.925	-	200.000	207.925				
1ª Emissão - SIIF (*)	1ª a 12ª Série	762	41.938	461.314	504.014	788	38.965	467.577	507.329
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	644	8.700	132.091	141.435	616	8.701	140.792	150.108
1ª Emissão - DESA	Série Única	424	17.500	-	17.924	862	17.500	17.500	35.862
2ª Emissão - DESA	Série Única	29.153	-	65.000	94.153	16.487	-	65.000	81.487
1ª Emissão - SPE Turbina 16	Série Única	-	-	-	-	1.810	277.200	-	279.010
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	-	-	-	-	374	42.000	-	42.374
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	6.675	52.200	-	58.875	-	-	-	-
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	6.114	47.800	-	53.914	-	-	-	-
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	6.395	50.000	-	56.395	-	-	-	-
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série Única	-	-	-	-	276	30.800	-	31.076
		80.183	291.138	1.746.905	2.118.226	44.274	458.165	1.652.369	2.154.808
Gastos com emissão (**)		-	(3.388)	(17.524)	(20.912)	-	-	(19.345)	(19.345)
Consolidado		136.653	832.042	3.503.686	4.472.381	101.109	458.165	3.895.468	4.454.742

(*) Estas debêntures podem ser conversíveis em ações e, portanto, são consideradas no cálculo do efeito dilutivo para o lucro por ação (nota 22.5)

(**) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

		Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
Controladora						
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série Única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
8ª Emissão	Série Única	1	IPCA + 5,86% (2)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
9ª Emissão	Série Única	50.000	IPCA+ 5,48%	IPCA+ 5,48%	Parcela única em outubro de 2021	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis						
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,70%	CDI + 1,82%	9 parcelas anuais a partir de maio de 2015	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114,0% CDI	115,43% CDI	5 parcelas anuais a partir de março de 2017	Quirografária
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	Parcela única em maio de 2020	Quirografária
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019	Aval CPFL Energia
1ª Emissão - SIIF (*)	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - DESA	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio 2016	Quirografária
2ª Emissão - DESA	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril 2018	Quirografária
1ª Emissão - SPE Turbina 16	Série Única	27.720	112,75% CDI	116,94% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Campo Ventos V	Série Única	4.200	112,75% CDI	116,94% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	5.220	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	4.780	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série Única	3.080	112,75% CDI	116,87% CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança CPFL Renováveis

A controladora possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) de 106,65% a 106,79% do CDI

(2) 100,15% do CDI

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	697.974	1.012.998
2019	873.217	1.221.859
2020	153.010	499.792
2021	50.104	367.908
2022	-	129.920
2023 a 2027	-	230.096
2028 a 2032	-	41.113
Total	1.774.305	3.503.686

Adições no exercício:

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos
			Liberado em 2016	Liberado líquido dos gastos de emissão		
CPFL Geração	9ª emissão	50.000	50.000	48.843	Anual	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Pedra Cheirosa I (a)	1º emissão	5.200	52.200	51.602	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Pedra Cheirosa II (a)	1º emissão	4.780	47.800	47.251	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Boa Vista II (a)	1º emissão	5.000	50.000	49.426	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis - controladora	4ª emissão	20.000	200.000	195.589	Semestral	Reperfilamento de dívidas e capital de giro
			400.000	392.711		

(a). Não há cláusulas restritivas financeiras

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Geração (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões)

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

CPFL Renováveis

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros.

1ª emissão:

- Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020;
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

A controlada obteve anuência dos debenturistas para os descumprimentos abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operacional referente a apuração de junho de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2016.

2ª e 3ª emissão:

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 para 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

4ª emissão

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A.:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão controlada indireta Dobrevê Energia S/A (DESA):

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelos Dividendos Recebidos menor ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

Diversas debêntures das controladas e empreendimentos controlados em conjunto estavam sujeitas à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da CPFL Energia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da Companhia e suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, a não decretação dos vencimentos antecipados das referidas debêntures, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados.

17.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento

dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	108.486	90.609
Valor justo dos ativos do plano	(89.533)	(80.332)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	18.954	10.277

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	90.609	88.621
Custo do serviço corrente bruto	76	160
Juros sobre obrigação atuarial	11.184	9.944
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	(12)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	14.909	(400)
Benefícios pagos no ano	(8.292)	(7.704)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	108.486	90.609

	Ativo	
	2016	2015
Valor justo dos ativos dos planos no início do exercício	(80.332)	(85.360)
Rendimento esperado no ano	(9.582)	(9.691)
Contribuições de patrocinadoras	(843)	(1.687)
(Ganho) perda atuarial	(7.068)	8.702
Benefícios pagos no ano	8.292	7.704
Valor justo dos ativos dos planos no final do exercício	(89.533)	(80.332)

17.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no exercício foram as seguintes:

	Consolidado	
	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	10.277	3.261
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.677	413
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(841)	(1.687)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	(12)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	7.841	8.302
Passivo atuarial líquido no final do exercício	18.954	10.277
Outras contribuições	8	63
Total Passivo	18.962	10.340
Circulante	460	-
Não Circulante	18.502	10.340

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2016 estão estimadas no montante de R\$ 1.606.

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação CESP nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de Pagamento	
2017	8.941
2018	9.408
2019	9.745
2020	10.173
2021 a 2026	68.181
Total	106.448

Em 31 de dezembro de 2016, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,3 anos.

A Companhia negociou com a Fundação Cesp carência no valor de pagamento do principal das contribuições mensais dos respectivos planos durante o período de setembro de 2015 a agosto de 2017, com retomada destes pagamentos a partir de setembro de 2017.

17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2017 e as despesas reconhecidas em 2016, são como segue:

	Consolidado	
	Estimado 2017	Realizado 2016
Custo do serviço	73	76
Juros sobre obrigações atuariais	11.431	11.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.437)	(9.582)
Total da despesa	2.067	1.677

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012* 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	ExpR_2012* 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

17.6 Ativos do plano

A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2017, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2016.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2016	2015
Renda fixa	79%	80%
Títulos públicos federais	60%	57%
Títulos privados (instituições financeiras)	6%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	16%
Outros investimentos de renda fixa	12%	1%
Renda variável	14%	13%
Ações da CPFL Energia	8%	5%
Fundos de investimento em ações	6%	8%
Investimentos estruturados	1%	-
Fundos de investimento multimercado	1%	-
Cotados em mercado ativo	94%	93%
Imóveis	3%	4%
Operações com participantes	1%	2%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha "Ações da controladora CPFL Energia" em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.302 e (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2015).

	<u>Meta para 2017</u>
Renda Fixa	77,1%
Renda variável	14,4%
Imóveis	3,4%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
Investimentos estruturados	2,3%
Investimentos no exterior	1,3%
	<u>100,0%</u>

A meta de alocação para 2017 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP efetuada ao final de 2016 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2017, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. A Fundação CESP realiza estudos de Asset Liability Management (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos, ou "ALM") no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O estudo de ALM representa também importante ferramenta para a gestão do risco de liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada pelo ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Total	
Obrigação do benefício definido	108.486	
	Aumento (redução) total da obrigação do benefício definido	
	Aumento (redução)	
Taxa de desconto nominal (a.a.)*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	2.565 (2.460)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(2.132) 2.091

* A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,99% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,74% a.a. e 11,24% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10; BREMS sb v.2015. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros

indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõe restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	1.643	-
Programa de integração social - PIS	980	872	4.432	3.544
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.514	4.268	20.549	16.719
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	12.823	-	32.386	20.228
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	10.625	9.770
Outros	554	436	6.559	6.919
Total	18.872	5.576	76.192	57.181

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas								
Diversos	690	357	488	373	4.130	1.393	3.745	920
Cíveis								
Diversos	-	58	-	52	21.082	3.661	30.348	5.777
Fiscais								
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-	6.015	-
Outras	5.218	312	-	235	15.628	7.794	7.691	6.231
	5.218	312	-	235	15.628	7.794	13.706	6.231
Outros	-	-	-	-	-	-	3.015	2.310
Total	5.908	728	488	660	40.840	12.848	50.814	15.237

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	3.745	2.186	(1.705)	(244)	149	4.130
Cíveis	30.348	1.391	(9.128)	(1.654)	125	21.082
Fiscais	13.706	12.366	(10.725)	-	281	15.628
Outros	3.015	-	(3.015)	-	-	-
Total	50.814	15.943	(24.573)	(1.898)	555	40.840

A controlada CPFL Renováveis, reconheceu, na data da aquisição da Jantus passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante R\$ 13.950, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Em dezembro de 2016, houve a baixa desse montante mediante a prescrição das condições contratuais.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Nas provisões para riscos fiscais, as adições durante o exercício de 2016, na Controladora, referem-se substancialmente a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em tributos a recolher.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2016	31/12/2015	
Trabalhistas	7.317	8.046	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros
Cíveis	289.617	271.467	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	1.561.667	819.161	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatório	14.929	22.852	Cobrança do encargo de serviços do sistema – ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03
Total	1.873.531	1.121.526	

Referente aos processos fiscais, em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 295.510 sobre cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, entende e assim classificou que as chances de êxito são possíveis.

Ainda em relação aos processos fiscais, no final de dezembro de 2016 a CPFL Geração recebeu 2 (dois) autos de infração que, somados remontam o valor de R\$ 316.372 relativos à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os

quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

Está incluso nos processos cíveis, uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 22.482 (R\$ 17.939 de 31 de dezembro de 2015).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) USO DO BEM PÚBLICO

Empresas			Quantidade	Taxa de juros
	31/12/2016	31/12/2015	de parcelas restantes	
CERAN	97.481	92.581	231	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	10.857	9.457		
Não circulante	86.624	83.124		

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	139	36	-	-	9.666	14.049	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	25	-	-	-	12.615	11.031	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1	-	-	-	196	143	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1	-	-	-	106	80	-	-
Adiantamentos	9	9	37	30	164.687	136.542	6.194	8.030
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	13.483	-	61.828	53.378
Folha de pagamento	1.216	1.236	-	-	2.444	2.434	-	-
Participação nos lucros	2.556	1.932	806	254	12.177	10.131	806	254
Aquisição de negócios	-	-	-	-	9.492	29.935	-	-
Indenizações	-	-	-	-	60.879	-	-	-
Outros	428	-	-	-	3.663	1.227	2.921	3.496
Total	4.374	3.213	844	284	289.408	205.571	71.749	65.158

Adiantamentos: referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativos aos faturamentos antecipados pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Provisão para custos socioambientais: refere-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Aquisição de negócios: refere-se, principalmente a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis, inclui o montante de R\$ 6.987, que se refere ao compromisso firmado com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a controlada CPFL Renováveis deverá desembolsar este montante atualizado monetariamente pelo IGP-M. Inclui também o montante de R\$ 2.478, referente a compra dos projetos de geração eólica, localizados no Estado do Ceará. Em novembro de

2016 foi pago o montante no valor de R\$ 2.482, referente aos empreendimentos São Benedito, São Domingos e Ventos de Santo Dimas que entraram em operação comercial em outubro de 2016.

Os empreendimentos Santa Úrsula, Santa Mônica e Ventos de São Martinho entraram em operação comercial em dezembro de 2016, assim, o pagamento está previsto para janeiro de 2017.

Indenizações: referem-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis referente a indenização devida pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 68.500.209 mil ações ordinárias e 136.991.811 mil ações preferenciais sem direito de voto, totalizando 205.492.020 mil ações escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de até 462.512.467 mil novas ações.

22.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 239.691, que compreende: i) R\$ 59.238, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

A controlada CPFL Renováveis, aprovou em 04 de agosto de 2016, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital da controlada CPFL Renováveis, no montante de R\$ 426, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da controlada CPFL Renováveis. A participação da Companhia está divulgada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 220. O efeito do recálculo da participação societária em função do aumento de capital gerou uma perda no montante de R\$ 288.

22.2 – Reserva de lucros

É composta por i) Reserva Legal de R\$ 136.010 e ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852.

22.3 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 417.037;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 23.074 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

22.4 – Dividendo

Na AGO de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015 na forma de: i) dividendo intermediário relativo ao lucro do 1º semestre de 2015 de R\$ 103.532; e ii) constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro no montante de R\$ 163.107.

Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia aprovou, em 31 de agosto de 2016, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 142.544 e em 1º de dezembro de 2016, a declaração de dividendo intermediário adicional com base nos resultados do terceiro trimestre de 2016, no montante de R\$ 97.436, totalizando o montante de R\$ 239.980 de dividendo intermediário declarados no exercício.

A Administração da Companhia aprovou também em 1º de dezembro de 2016 a reversão da reserva estatutária de reforço de capital de giro e declaração como dividendo adicional referente ao exercício de 2015 o montante de R\$ 163.107.

Foram pagos em 2016 o montante de R\$ 110.532 sendo: i) R\$ 103.532 relativos ao dividendo intermediário de 2015; e ii) R\$ 7.000 relativos ao dividendo intermediário do primeiro semestre de 2016.

22.5 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido acumulado, através de declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 186.947.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	401.148
Realização do resultado abrangente	25.778
Lucro líquido base para destinação	426.927
Dividendo intermediário	(239.980)
Reversão da reserva de reforço de capital de giro	163.107
Dividendo adicional - exercício 2015	(163.107)
Base para destinação	186.947
Dividendo adicional proposto	(186.947)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

22.6 – Lucro por ação básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, considera-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

Numerador	2016	2015
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	401.148	240.520
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	68.500.208.756	68.496.990.728
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	136.991.810.529	136.991.810.529
Lucro básico por lote de mil ações ordinárias	1,83	1,10
Lucro básico por lote de mil ações preferenciais	2,01	1,21
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	401.148	240.520
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(16.152)	(19.811)
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	384.996	220.709
Lucro diluído por lote de mil ações ordinárias	1,76	1,01
Lucro diluído por lote de mil ações preferenciais	1,93	1,11

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos exercícios.



O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início de cada exercício.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	19	20	3.740	7.172
Comercial	-	-	-	-	424	18	96.053	6.033
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	443	38	99.793	13.205
Furnas Centrais Elétricas S.A.	3.034	3.026	533.022	485.410	3.034	3.026	533.022	485.410
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	842	1.240	193.805	245.065	8.806	8.846	2.101.711	1.980.827
Energia elétrica de curto prazo	3	3	117	979	774	1.221	50.631	112.647
Suprimento de energia elétrica	3.879	4.269	726.944	731.455	12.614	13.093	2.685.364	2.578.884
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			49.560	37.485
Outras receitas e rendas			15.725	6.407			47.136	52.602
Outras receitas operacionais			15.725	6.407			96.696	90.087
Total da receita operacional bruta			742.669	737.862			2.881.854	2.682.176
Deduções da receita operacional								
ICMS			-	-			-	(2.767)
PIS			(12.253)	(12.158)			(32.871)	(30.931)
COFINS			(56.437)	(56.001)			(151.496)	(142.556)
ISS			(367)	(318)			(367)	(318)
Reserva global de reversão - RGR			(422)	-			(4.230)	(2.529)
Programa de P & D e eficiência energética			(58)	-			(3.094)	(2.744)
Outros			(3.354)	(2.952)			(8.864)	(6.823)
			(72.891)	(71.429)			(200.922)	(188.667)
Receita operacional líquida			669.777	666.433			2.680.931	2.493.509

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	-	-	4	17	1.108	1.123	53.859	101.966
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	839	1.587	70.894	192.204	1.218	1.608	212.477	306.300
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(6.558)	(17.779)	-	-	(10.794)	(27.491)
Subtotal	839	1.587	64.340	174.441	2.326	2.731	255.543	380.775
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			76.384	69.413
Encargos de transporte de itaipu			-	-			1	-
Encargos de conexão			-	-			11.152	-
Encargos de uso do sistema de distribuição			854	408			24.125	26.246
Encargos de serviço do sistema - ESS			1	-			(175)	1.542
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			25	12
Crédito de PIS e COFINS			(79)	-			(1.062)	(577)
Subtotal			775	408			110.450	96.636
Total			65.115	174.849			365.993	477.412

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

24.1 Generating Scaling Factor ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste

mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de 2015 geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas Ceran e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR.

Em 2016, o empreendimento controlado em conjunto Baesa aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, encerrando a participação no processo judicial conjunto movido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - (“APINE”), o efeito líquido dos impostos reconhecido como resultado de participação societária na controladora CPFL Geração foi de R\$ 5.102.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora											
	Custo de operação		Despesas Operacionais								Total	
			Vendas		Gerais e administrativas				Outros			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Pessoal	10.142	9.754	3.887	3.005	13.793	12.019	-	-	-	-	27.822	24.777
Entidade de previdência privada	1.677	413	-	-	-	-	-	-	-	-	1.677	413
Material	1.129	1.317	14	9	147	173	-	-	-	-	1.290	1.498
Serviços de terceiros	2.653	1.249	37	42	7.659	9.063	-	-	-	-	10.349	10.355
Depreciação e amortização	64.491	64.224	15	15	1.008	868	-	-	-	-	65.514	65.107
Outros	(2.132)	506	43	10	2.649	2.726	10.015	13.044	-	-	10.575	16.286
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	-	(30)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	522	457	-	-	-	-	522	457
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	304	658	-	-	-	-	304	658
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	383	476	-	-	-	-	383	476
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	55	(3.125)	-	55	(3.125)
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	9.966	16.184	-	9.966	16.184
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	379	208	-	-	-	-	-	-	-	-	379	208
Outros	(2.510)	298	43	40	1.439	1.123	(6)	(15)	-	-	(1.034)	1.446
Total	77.960	77.463	3.996	3.081	25.255	24.848	10.016	13.045	117.227	118.437		

	Consolidado													
	2016													
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais								Total	
					Vendas		Gerais e administrativas				Outros			
2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015			
Pessoal	37.617	33.688	-	-	3.887	3.005	80.482	67.197	-	-	-	-	121.986	103.890
Entidade de previdência privada	1.677	413	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.677	413
Material	9.564	17.374	-	-	14	9	1.870	1.506	-	-	-	-	11.448	18.889
Serviços de terceiros	139.317	98.144	-	-	37	42	39.467	49.415	-	-	-	-	178.821	147.601
Depreciação e amortização	507.836	490.062	-	-	15	15	6.462	4.290	-	-	-	-	514.313	494.367
Custos com construção da infraestrutura	-	-	47.751	36.118	-	-	-	-	-	-	-	-	47.751	36.118
Outros	48.303	34.087	-	-	23	346	23.174	12.176	238.157	158.959	-	-	309.657	205.568
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(20)	306	-	-	-	-	-	-	(20)	306
Arrendamentos e aluguéis	16.002	14.834	-	-	-	-	7.357	7.503	-	-	-	-	23.359	22.337
Publicidade e propaganda	-	50	-	-	-	-	1.533	700	-	-	-	-	1.533	750
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	10	-	9.543	9.789	-	-	-	-	9.553	9.789
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	37	12	-	-	-	-	37	12
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	35.293	(14.519)	-	-	35.293	(14.519)
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	162.437	173.493	-	-	162.437	173.493
Amortização de prêmio pago - GSF	9.594	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	10.984	12.149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.984	12.149
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	40.433	-	-	-	40.433	-
Outros	11.723	7.054	-	-	33	40	4.705	(5.829)	(6)	(15)	-	-	16.455	1.251
Total	744.314	673.768	47.751	36.118	3.976	3.417	151.456	134.583	238.158	158.959	1.185.655	1.006.844		

(*) Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração da SPE Aiuruoca pela incerteza na sua realização em 31 de dezembro de 2016. (nota explicativa n° 13)

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	70.996	29.665	212.187	163.544
Acréscimos e multas moratórias	-	6	4.546	2.397
Atualização de créditos fiscais	2.410	4.480	2.433	4.490
Atualização de depósitos judiciais	62	57	923	228
Atualizações monetárias e cambiais	67.986	28.360	70.185	30.896
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.680)	(1.491)	(10.906)	(5.130)
Outros	5.661	16.687	26.093	52.449
Total	143.436	77.764	305.461	248.874
Despesas				
Encargos de dívidas	(441.883)	(415.850)	(1.070.570)	(991.147)
Atualizações monetárias e cambiais	(62.630)	(35.889)	(138.600)	(109.053)
(-) Juros capitalizados	-	-	54.733	32.485
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(14.950)	(16.028)
Outros	(3.297)	(5.436)	(57.782)	(56.420)
Total	(507.810)	(457.175)	(1.227.169)	(1.140.162)
Resultado financeiro	(364.373)	(379.411)	(921.708)	(891.289)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 11,70% a.a. durante o ano de 2016 (11,16% a.a. durante o ano de 2015) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos, sendo apurado uma perda no montante de R\$ 76.346 (ganho de R\$ 116.998 em 2015), conforme detalhe na nota 31.

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis) e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Outros (*)	Eliminações	Total
2016					
Receita operacional líquida	969.330	1.646.589	65.012		2.680.931
(-) Vendas entre sociedades parceiras	1.626	26.340	13	(27.978)	-
Custo com energia elétrica	(93.867)	(272.125)	-		(365.993)
Custos e despesas operacionais	(80.284)	(381.334)	(48.913)		(510.531)
(-) Custos e despesas entre sociedades parceiras	(1.626)	(26.340)	(13)	27.978	0
Depreciação e amortização	(123.562)	(553.169)	(18)		(676.749)
Resultado do serviço	673.289	439.961	16.035		1.129.285
Equivalência	311.414	-	-		311.414
Receita financeira	171.223	133.649	589		305.461
Despesa financeira	(555.510)	(671.005)	(654)		(1.227.169)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	600.416	(97.395)	15.969		518.990
Imposto de renda e contribuição social	(97.076)	(46.311)	(1.144)		(144.532)
Lucro (prejuízo) líquido	503.339	(143.706)	14.825		374.458
Total do ativo (**)	5.237.335	12.464.883	196.220		17.898.438
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	7.210	978.896	5		986.112

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(**) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos.

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Outros (*)	Eliminações	Total
2015					
Receita operacional líquida	946.542	1.499.356	47.611		2.493.509
(-) Vendas entre sociedades parceiras	1.269	98.920	4	(100.193)	-
Custo com energia elétrica	(217.321)	(260.091)	-		(477.412)
Custos e despesas operacionais	(65.711)	(237.455)	(36.637)		(339.803)
(-) Custos e despesas entre sociedades parceiras	(1.473)	(99.371)	(4)	100.193	(655)
Depreciação e amortização	(127.276)	(540.578)	(5)		(667.859)
Resultado do serviço	537.502	460.778	10.974		1.009.253
Equivalência	216.885	-	-		216.885
Receita financeira	109.078	139.080	716		248.874
Despesa financeira	(540.207)	(599.348)	(607)		(1.140.162)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	323.257	510	11.082		334.849
Imposto de renda e contribuição social	(36.764)	(49.222)	(2.965)		(88.950)
Lucro (prejuízo) líquido	286.494	(48.712)	8.117		245.899
Total do ativo (**)	4.474.856	11.904.102	128.474		16.507.433
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	6.605	493.584	78		500.267

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(**) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos.

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes companhias:

- **ESC Energia S.A.**

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- **Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações**

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- **Bonaire Participações S.A**, até 23 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.
- **BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações**, até 22 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos** - Corresponde à captação de recursos junto a instituições financeiras conforme condições descritas nas notas 15 e 16.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração.
- d) **Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- e) **Compra de energia** - Refere-se basicamente à aquisição de energia através de contratos de curto ou longo prazo, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração.
- f) **Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- g) **Arrendamento e aluguel** - Correspondem a compartilhamento da infraestrutura.
- h) **Coligadas, controladas e controladora** - Refere-se a contratos de mútuos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento definido para a data de distribuição de lucros da controlada indireta a seus acionistas e remuneração de 8% a.a. + IGP-M.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Este plano detém investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 17).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia renegociou, para pagamento em janeiro e julho de 2017, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendimentos controlados em conjunto, Baesa e Ceran, cujos vencimentos originais eram de agosto a setembro de 2016.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 12.604 (R\$ 12.200 em 2015). Este valor é composto por R\$ 11.895 (R\$ 12.107 em de 2015) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 150 (R\$ 110 em 2015) de benefícios pós-

emprego e reversão de provisão de R\$ 559 (reversão de provisão de R\$ 17 em 2015) de outros benefícios em 2016, valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto, até o encerramento do exercício, são como segue:

28.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

Empresas	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
Saldo Bancário e Aplicação Financeira								
Banco do Brasil S.A.	39.328	113.809	-	-	4.110	28.450	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	-	758.940	-	-	-	121.201	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures								
Banco do Brasil S.A.	-	-	2.193.443	2.107.920	-	-	236.825	223.625
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	608.062	-	-	-	83.655
Outras Operações Financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	30	-	9	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	-	-	122	-	-
Venda de energia								
AES Tiete S/A (**)	-	-	-	-	2	-	-	-
Aliança Gestão de Energia S.A.	-	-	-	-	7	1	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	622	517	-	-	9.268	6.997	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	670	582	-	-	15.394	14.419	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	267	227	-	-	2.909	2.542	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	-	-	57	17	-	-
Energetica Águas da Pedra S.A.	-	-	-	-	6	2	-	-
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	2	1	-	-
Itapebi Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	3	1	-	-
NC Energia S.A.	-	-	-	-	21.220	5.336	-	-
Norte Energia S.A.	1	1	-	-	17	1	-	-
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	2	1	-	-
Termopernambuco S.A.	-	-	-	-	5	3	-	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	4	1	-	-
Vale Energia S.A.	8.680	7.843	-	-	102.069	92.353	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Compra de energia								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	108	108
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	-	-	20	-	-	-	250	206
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	121	-	-	-	121	46
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	-	-	-	-	-	-	-	12
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	13	12
Vale Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	216	-
Material e Prestação de Serviço								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	170
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	2	-	-	-	19
TOTVS S.A.	-	-	0	-	-	-	1	2
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	-	2
Outras Receitas								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	5	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	-	-	-	24	22
NC Energia S.A.	-	-	-	-	17	-	-	-
Vale Energia S.A.	-	-	-	-	331	-	-	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	11	-

(*) Parte relacionada até o exercício de 2015

(**) Parte relacionada a partir de 2016



28.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

Empresas	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(387)	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	2.240	1.643
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	797	495
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	(27)	(31)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(8)	(9)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(11)	(12)
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	-	(6)	(7)
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	(5)	(6)
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(155)	(175)
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(137)	(154)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	22	-	-	-	358	(59)
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	217	232
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Centrais Elétricas da Paraíba	-	29.933	-	-	-	-	-	-
Campos Novos Energia	40.983	30.905	-	-	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	89	20	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração	29.329	28.417	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S/A	-	-	396.086	103.532	-	-	-	-
Coligadas, controladas e controladora								
Acionistas não controladores da CPFL Renováveis	9.067	7.680	-	-	-	-	-	-
Materiais, prestação de serviços e outros								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	35	-	75.373	-	-	-	-	1.204
Companhia Paulista de Força e Luz	39	-	1.112	-	-	-	5	4
Companhia Piratininga de Força e Luz	17	-	1.777	-	-	-	-	36
Companhia Luz e Força Santa Cruz	2	-	163	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	1	-	2	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	1	-	3	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	4	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	1	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	11	-	27	-	-	-	-	1.460
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	(4)	(4)	2	-	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	218	66	732	7	1.880	1.579	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia	152	-	1.271	7	1.880	1.579	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	1.028	-	1.822	1.887	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	4	-	127	4.476	-	-	4.561	-
Nect Serviços Adm. Ltda.	-	-	222	656	-	-	3.253	2.921
TI NECT Serv.Inform. LTDA	-	-	81	-	-	-	400	-
CPFL Energia	10	-	-	-	-	-	-	-
Venda de Energia								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	42.910	45.631	-	-	399.403	351.723	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	79.479	95.279	-	-	243.062	212.875	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	23.753	21.245	-	-	125.558	115.196	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	115	76	-	-	927	1.000	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	5	-	-	-	61	1	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	9	-	-	-	106	3.109	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	18	-	-	-	162	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	2	-	-	-	24	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	149	21	-	-	1.354	247	-	-
RGE Sul	21	-	-	-	64	-	-	-
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	8	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
						4		
Compra de Energia								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	1.044	19.497	-	-	60.773	85.749
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	434	388	-	-	5.384	4.527
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	86	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	1	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	828	184
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	-	73	20
Rio Grande Energia S.A.	-	-	6	6	-	-	76	55
BAESA –Energética Barra Grande	-	-	26.865	88.015	-	-	65.274	112.870
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	13	4

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.466.556	7.054.770
Transporte	Transporte nacional	1.100	1.100
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	-	-
Automóveis	Cobertura abrangente	398	6.930
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	50.000	185.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	7.923	121.955
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	180.000	281.914
Total		1.705.977	7.651.669

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem a geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e *Compliance*, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processos de Gestão de Riscos e Sustentabilidade na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar os riscos sobre elaboração das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira e parcela da receita do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN de contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A exposição relativa à receita da ENERCAN foi protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero-cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) melhoraram ao longo de 2016, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada ao longo do ano e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga por razões energéticas.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Controladora				Consolidado				
				31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo												
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	582.964	582.964	139.258	139.258	1.012.929	1.012.929	831.261	831.260
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	206.548	206.548	56.110	56.110	930.853	930.853	393.377	393.377
Títulos e valores mobiliários		(a)	(2)	Nível 1	-	-	-	-	449	449	23.633	23.633
Derivativos	31	(a)	(2)	Nível 2	105.142	105.142	166.041	166.041	105.142	105.142	166.041	166.041
Derivativos - zero-cost collar	31	(a)	(2)	Nível 3	57.715	57.715	8.820	8.820	57.715	57.715	8.820	8.820
					952.369	952.369	370.228	370.229	2.107.088	2.107.088	1.423.132	1.423.131
Passivo												
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (***)	641.316	635.350	642.124	640.826	5.288.669	4.634.451	4.928.329	4.046.922
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	(2)	Nível 2	1.119.190	1.119.190	378.429	378.429	1.119.190	1.119.190	378.429	378.429
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	(1)	Nível 2 (***)	2.375.067	2.337.417	2.319.279	2.288.424	4.472.381	4.351.360	4.454.742	3.527.898
Derivativos	31	(a)	(2)	Nível 2	42.480	42.480	5.648	5.648	42.480	42.480	5.648	5.648
Derivativos - zero-cost collar	31	(a)	(2)	Nível 3	-	-	2.441	2.441	-	-	2.441	2.441
					4.178.053	4.134.437	3.347.921	3.315.768	10.922.720	10.147.481	9.769.589	7.961.338

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a companhia apresentou um ganho de R\$ 2.890 em 2016 (ganho de R\$ 7.980 em 2015).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
(2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) coligadas, controladas e controladora, (iii) ativo financeiro da concessão das transmissoras e, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, e (vi) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e (vii) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 15 e 16), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
CPFL Geração								
Votorantim	-	(4.525)	(4.525)	(7.212)	2.688	dólar	06/2019	104.454
Bradesco	92.771	-	92.771	92.569	201	dólar	03/2017	232.520
Scotiabank	-	(8.208)	(8.208)	(7.643)	(566)	dólar	07/2019	117.036
Citibank	-	(8.824)	(8.824)	(7.646)	(1.178)	dólar	09/2020	397.320
Bradesco	79	-	79	(158)	237	dólar	09/2019	32.636
Scotiabank	-	(14.117)	(14.117)	(12.248)	(1.869)	dólar	12/2019	174.525
Subtotal	92.850	(35.673)	57.176	57.663	(487)			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
JP Morgan	-	(6.807)	(6.807)	(2.045)	(4.762)	dólar	12/2018	47.645
Hedge variação índice de preços:								
Santander	6.077	-	6.077	5.922	155	IPCA	04/2019	35.235
JP Morgan	6.077	-	6.077	5.922	155	IPCA	04/2019	35.235
Subtotal	12.155	-	12.155	11.845	310			
Hedge variação de taxa de juros (1):								
Votorantim	138	-	138	(221)	359	CDI	08/2020	460.000
Outros derivativos (2):								
Itaú	20.028	-	20.028	-	20.028	dólar	09/2020	26.627
Votorantim	16.688	-	16.688	-	16.688	dólar	09/2020	26.627
Santander	20.999	-	20.999	-	20.999	dólar	09/2020	33.060
Subtotal	57.715	-	57.715	-	57.716			
Total	162.857	(42.480)	120.377	67.242	53.137			
Circulante	126.941	(1.798)						
Não circulante	35.916	(40.682)						
Total	162.857	(42.480)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

(2) Devido às características deste derivativo (zero-cost collar), o nocional está apresentado em dólar norte americano.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	2016	2015
Varição de taxas de juros	3.161	2.600
Varição cambial	(145.933)	122.294
Marcação a mercado	66.425	(7.896)
	(76.346)	116.998

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015 a Companhia contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário atual é favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o montante total contratado é de US\$ 86.314, consideradas as opções liquidadas ao longo do exercício social. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IAS 39/CPC 38. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnica(s) de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 20,9%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 864, resultando em um ativo líquido de R\$ 58.579.

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros para o período, no montante líquido de R\$ 67.986, sendo R\$ 65.546 referente à mensuração dos instrumentos ativos e R\$ 2.440 referente à mensuração dos instrumentos passivos, foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

Apresentamos abaixo quadro de movimentação das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Mensuração a valor justo	10.342	(2.440)	7.902
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(1.522)	-	(1.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.820	(2.440)	6.380
Mensuração a valor justo	65.546	2.440	67.986
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(16.651)	-	(16.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.715	-	57.715

c) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Redução (aumento) Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.167.755)		(101.902)	215.512	532.926
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.195.181		104.295	(220.574)	(545.443)
	27.426	baixa dolar	2.393	(5.062)	(12.516)

Instrumentos	Exposição (US\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50%(c)
Derivativos zero-cost collar	86.314 (d)	alta dólar	(68.386)	(99.565)	(130.743)

(a) A taxa de câmbio considerada em 29/12/2016 foi de R\$ 3,26 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,54, e a depreciação cambial de 8,73% do dólar.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

(d) Devido às características deste derivativo (*zero cost collar*) o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,63% a.a.; IGP-M 7,17% a.a.; TJLP 7,50% a.a. e IPCA 6,29% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seriam uma despesa financeira líquida de R\$ 831.192 (CDI R\$ 533.080, IGP-M R\$ 4.866, TJLP R\$ 290.051 e IPCA de R\$ 3.195). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira seria impactado em:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I(a)	Elevação de índice em 25%(b)	Elevação de índice em 50%(b)
Instrumentos financeiros ativos	2.463.647		(54.939)	15.275	85.489
Instrumentos financeiros passivos	(5.153.315)		114.919	(31.951)	(178.820)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.221.408)		27.237	(7.573)	(42.383)
	(3.911.077)	alta CDI	87.217	(24.249)	(135.714)
Instrumentos financeiros passivos	(67.872)	alta IGP-M	1.663	862	61
Instrumentos financeiros passivos	(3.867.341)	alta TJLP	-	(72.513)	(145.025)
Instrumentos financeiros passivos	(139.692)		2.053	370	(1.313)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	88.889		(1.307)	(236)	836
	(50.802)	alta IPCA	747	135	(478)
Total	(7.897.092)		89.627	(95.765)	(281.156)

(a) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP e IPCA considerados de: 11,40%, 4,72%, 7,50%, 4,82%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2016	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Consolidado						Total
			Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	14		83.262	68.618	783	633	-	-	153.296
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	11,39%	63.315	529.527	808.848	3.236.628	1.456.388	2.766.826	8.861.532
Derivativos	31		248	815	4.945	26.519	21.781	-	54.308
Debêntures - principal e encargos	16	14,04%	1.858	105.685	1.250.482	2.858.709	1.046.515	438.843	5.702.092
Taxas regulamentares			19.011	-	-	-	-	-	19.011
Uso do bem público	20	13,77%	1.987	4.149	19.522	44.487	62.102	234.601	366.848
Outros	21		473	2	9.492	-	-	-	9.967
Consumidores e concessionárias			174	-	9.492	-	-	-	9.666
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT			194	1	-	-	-	-	195
Empresa de Pesquisa Energética - EPE			105	1	-	-	-	-	106
Total			170.154	708.796	2.094.072	6.166.976	2.586.786	3.440.270	15.167.054

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2016	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 34 anos	113.207	233.992	238.770	2.126.268	2.712.237
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 26 anos	17.882	-	30.997	262.102	310.981
Projetos de construção de usina	até 3 anos	1.560.991	8.676	-	-	1.569.667
Fornecedores de materiais e serviços	até 17 anos	147.307	162.179	97.854	190.410	597.750
Total		1.839.387	404.847	367.621	2.578.780	5.190.635

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Imobilizado	-	4.342	-	4.342
Outros ativos líquidos	-	(38)	-	(38)
	-	4.303	-	4.303
Outras transações				
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	16.415	59.495	-	-
Juros capitalizados	-	-	54.733	32.485
Transferência entre imobilizado e intangível	144	-	767	6.594
Reversão de depósito judicial para imobilizado	-	-	3.418	-
Reversão de contingências e intangível	-	-	7.591	-

(34) FATO RELEVANTE E EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Aquisição acionária da Controladora CPFL Energia pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”) uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Controladora. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição.

Em 23 de novembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que a Aneel aprovou, naquela data, o pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle (“Acionistas Controladores”) à State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid”), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid.

Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”) informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social — SABESPREV, e certas outras partes.

Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da CPFL Energia. O preço total pago para a aquisição direta e indireta das ações foi de R\$ 25,51 por ação, totalizando aproximadamente R\$ 14,19 bilhões.

Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

34.2 Captação de recursos em moeda estrangeira (Lei 4.131)

Em 01 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração a captação de recursos em moeda estrangeira por meio da Lei 4.131, no montante de até R\$ 679.000.

Esta aprovação ocorrerá através de empréstimo baseados na Lei nº 4.131/62 e/ou rolagem das dívidas atuais em moeda estrangeira com swap para CDI, bem como a cessão de swap em garantia, Crédito Rural, Cédula de Crédito



Bancário, Notas Promissórias com take out de dívidas de longo prazo, Emissão de Debêntures, Assunção de Dívidas, outras operações de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Conselheiro

JURANDYR LORENA PIMENTEL
Conselheiro

DIRETORIA

FERNANDO MANO DA SILVA
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor de Gestão de Energia

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Geração Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individual e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Geração em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para *fundamentar nossa opinião*.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 3.8 a receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria, dado o volume e especificidade dos contratos de suprimento de energia, processos que suportam seu reconhecimento e à dependência dos sistemas, e respectivos controles internos.

Para responder a este assunto principal de auditoria, nossos procedimentos incluíram: (i) avaliação dos controles internos desenhados e implementados pela Administração relacionados ao processo da Administração para determinar o montante da receita de energia de suprimento a ser reconhecida de acordo com os requisitos contábeis e com as condições contratuais, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para registro de tal montante, (iii) testes dos contratos de suprimento de energia, por amostragem, considerando suas especificidades, desde sua captura nos sistemas suportes até seu

registro contábil e (iv) teste de recebimentos subsequente de faturas, por amostragem. Analisamos, também, a adequação das divulgações relacionadas incluídas na nota explicativa nº 23.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Christian Canezin
Contador
CRC nº 1 SP 237470/O-9

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rod. Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-140 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Campinas, 13 de março de 2017.

Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas
Diretor Administrativo

Rodolfo Coli da Cunha
Diretor de Gestão de Energia